

## *A trajetória de João de Deus Penitente: um pregador negro nos sertões coloniais*

Elisângela Oliveira Ferreira <sup>1</sup>

DOI: 10.4025/rbhranpuh.v9i26.32359

**Resumo:** O artigo analisa a trajetória de João José de Deus, um missionário negro que pregou pelos sertões e que se autodenominava João de Deus Penitente. Sua motivação era ensinar a doutrina cristã aos seus “irmãos pretos” que, de acordo com ele, viviam pelo interior do Brasil desamparados da fé católica. Levando uma cruz de madeira nas costas e recorrendo à autoflagelação pública em cada missão, ele percorreu uma vasta região das capitânicas de Minas Gerais, Bahia e Sergipe. João José de Deus foi preso por ordem do arcebispo da Bahia no final de 1767 ou início de 1768, por ser um homem leigo e, portanto, não ter licença para pregar, mas principalmente pelo teor de suas pregações e pela grande audiência que reunia. Acusado dos crimes de blasfêmia, proposições heréticas, fingimento de revelações e profecias, acabou apanhado nas teias da Inquisição e enviado para os cárceres do Santo Ofício, em Lisboa.

**Palavras-chave:** Religião; Religiosidade; Pregador Negro; Inquisição.

### **The journey of João de Deus Penitente: A black preacher in the colonial hinterlands**

**Abstract:** The paper analyzes the journey of João José de Deus, a black missionary who preached in the hinterlands and who identified himself as João de Deus Penitente. His motivation was to teach the Christian doctrine to his "black brothers" who, according to him, lived in the interior of Brazil deprived of the Catholic faith. Carrying a wooden cross on his back and resorting to self-flagellation on each service, he covered a vast region of the captaincies of Minas Gerais, Bahia and Sergipe. João José de Deus was arrested under the order of the archbishop of Bahia either in late 1767 or early 1768 for being a layman, therefore, without a license to preach, but mainly by the content of his preaching and the large audience he gathered. Accused of crime of blasphemy, heretical propositions, pretense revelations and prophecies, he ended up entangled in the webs of the Inquisition and sent to the Holy Office prison in Lisbon.

**Keywords:** Religion; Religiousness; Black Preacher; Inquisition.

<sup>1</sup> Doutora em História pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) e professora adjunta da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Campus II (Alagoinhas), vinculada ao curso de Licenciatura em História e ao Programa de Pós-Graduação em História, Cultura e Práticas Sociais. Atualmente desenvolve pesquisas sobre crenças e práticas religiosas dos africanos e seus descendentes na Bahia colonial a partir de fontes da Inquisição de Lisboa. Email: elisangela.oliveira@gmail.com

## El viaje de João de Deus Penitente: un predicador negro en las zonas de influencia colonial

**Resumen:** El artículo analiza el viaje de José João de Deus, un misionero negro que predicó en el interior del país y que se identificó como João de Deus Penitente. Su motivación era enseñar la doctrina cristiana a sus "hermanos negros" que, según él, vivían en el interior de Brasil privados de la fe católica. Llevando una cruz de madera en la espalda y recurriendo a la auto-flagelación en cada servicio, cubrió una vasta región de las capitanías de Minas Gerais, Bahia y Sergipe. João José de Deus fue detenido bajo la orden del arzobispo de Bahía ya sea a finales de 1767 o comienzos de 1768 por ser un laico, por lo tanto, sin una licencia para predicar, pero sobre todo por el contenido de su predicación y de la gran cantidad de público que reunió. Acusado de delito de blasfemia, proposiciones heréticas, falsas revelaciones y profecías, terminó enredado en las redes de la Inquisición y enviado a la prisión del Santo Oficio en Lisboa.

**Palabras clave:** Religión; Religiosidad; Predicador Negro; Inquisición.

*Recebido em 19/06/2016 - Aprovado em 30/08/2016*

### “Só o viu neste sertão feito pregador”

Seu nome de batismo era João José de Deus, mas ele se autointitulava João de Deus Penitente e assim ganhou fama por ampla região dos sertões do Brasil. Sem ofício e sem habitação certa, andou pelas terras do Sertão de Baixo, nas capitanias da Bahia e Sergipe, no correr do ano de 1767, fazendo pregações nas povoações e vilas. Foi preso no final desse mesmo ano ou no início do seguinte por ordem do arcebispo da Bahia D. Manoel de Santa Inês, porque era leigo, sem ordenação religiosa e sem licença para pregar, mas também porque proferia “palavras malsoantes” ou contrárias à fé católica. Ficou cerca de três anos recolhido à cadeia da cidade da Bahia até seguir para os cárceres secretos da Inquisição de Lisboa, em 1771, onde deu entrada em primeiro de março, acusado dos crimes de blasfêmia, proposições heréticas, fingimento de revelações e profecias (ANTT, Processo 4330, 243 fls.).<sup>2</sup>

Era um homem negro, mas tudo indica que sempre viveu em liberdade, como ele mesmo disse aos inquisidores em Lisboa: “nasceu livre porque já o eram seus pais” (ANTT, Processo 4330, fl. 185). Andava vestido em um hábito ou túnica de algodão, calçado com uns sapatos velhos sem meias, às vezes com uns chinelos gastos. Em outros lugares o viram com o mesmo hábito, mas com uma capinha de algodão branca posta nos ombros. Também apareceu em certa ocasião usando uma coroa de cipó na cabeça. Por todos os lugares levava nas costas uma cruz de madeira com aproximadamente seis ou sete palmos de altura, que não era de grande peso, “mas pelo hábito de trazê-la sempre as suas costas lhe servia de mortificação”, conforme disse o próprio penitente. Mortificação

<sup>2</sup> As fontes inquisitoriais utilizadas neste artigo fazem parte do acervo disponibilizado *on-line* pelo Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Para dar maior inteligibilidade ao texto, nas citações de trechos dos documentos a grafia foi atualizada, bem como foi feito desdobramento de palavras abreviadas.

ele também fazia através de uma disciplina de ferro coberta de cera e pedaços de vidro, com a qual sangrava as costas açoitando-se publicamente (ANTT, Processo 4330, fl. 166).

João de Deus Penitente percorreu uma vasta região dos sertões coloniais, em áreas das capitânicas de Minas Gerais, da Bahia e de Sergipe del-Rei. A diligência para apurar suas culpas mobilizou o contingente de 60 testemunhas (homens, vale ressaltar) sendo 58 ouvidas nas freguesias do Sertão de Baixo, em locais da Bahia e de Sergipe onde ele pregou, e duas na velha cidade da Bahia. No interior da Bahia foram ouvidas testemunhas nas vilas de Nossa Senhora da Abadia e de Itapicuru de Cima e na povoação de Rainha dos Anjos, filial à matriz de Itapicuru. Em Sergipe, a diligência colheu depoimentos na cidade de São Cristóvão de Sergipe del-Rei, nas vilas de Campos do Rio Real, de Lagarto, de Itabaiana, de Cotinguiba e na povoação de Estância, em Santa Luzia do Rio Real.<sup>3</sup> Mas o penitente negro também realizou pregações em outros lugares. Inicialmente ele pregava em qualquer casa ou povoação onde lhe dessem acolhimento. Em Sergipe, além dos lugares já citados, João de Deus fez missão na capela do Engenho Dira, filial à matriz da Vitória da cidade de Sergipe del-Rei, no Engenho da Gameleira, na povoação de Itabaianinha e na vila de Tomar, antiga aldeia do Geru.<sup>4</sup> Na Bahia, há registros de pregações nas localidades de Açú da Torre e Jacuípe, na freguesia de São Pedro de Sauípe da Torre, locais mais próximos da capital nos quais se têm notícia de sua passagem. Há indícios de que esteve ainda em Inhambupe, termo da vila de Água Fria, de onde pretendia estender suas andanças até o sertão de Jeremoabo a convite de um vigário da região, projeto que não chegou a realizar por conta da ordem de prisão.

Os moradores do Sertão de Baixo não sabiam exatamente de onde era originário o penitente negro e quais caminhos ele havia percorrido. O próprio penitente contribuía para a confusão, cercando a sua existência de mistério e histórias maravilhosas, ou divulgando diversas versões desconhecidas nas pregações que fazia. Pouco a pouco, no entanto, passou-se a difundir a notícia de que era natural de São Tomé, o que ele próprio afirmava, conforme uma carta dirigida em seu nome ao arcebispo da Bahia e como depuseram diversas testemunhas.<sup>5</sup> Um lavrador da vila de Lagarto disse que não sabia “que ofício ou estado tivesse o dito preto, nem de quem fosse filho e donde morador pois só o viu neste sertão feito pregador”. Acrescentou, porém, que o próprio João lhe dissera “que ele era enjeitado e que fora para as Minas, donde se criara”. Mas também ouviu dizer por outras pessoas que ele era natural de São Tomé (ANTT, Processo 4330,

<sup>3</sup> Sobre as antigas freguesias do Sertão de Baixo ver o documento “Mapas das Instituições Eclesiásticas da Ilha dos Açores, e da Baía, Brasil, que recebem editais” (ANTT, Maço 63, nº 4, 13 fls.). Ver também a obra “Os segadores e a messe”, de Cândido da Costa e Silva (2000, p. 70-71).

<sup>4</sup> A aldeia do Geru fazia parte da freguesia de Nossa Senhora dos Campos de Rio Real e foi transformada na vila de Tomar, em 1758, no contexto das mudanças em torno das missões indígenas administradas pelos jesuítas. Sobre essas mudanças ver as análises de Fabrício Lyrio Santos (2012); (2013).

<sup>5</sup> João José de Deus sabia ler e escrever, pois assina suas confissões perante os inquisidores em Lisboa. Mas a carta dirigida ao arcebispo em seu nome não parece ter sido escrita de próprio punho e não consta nenhuma assinatura (ANTT, Processo 4330, fl. 6).

fl. 50). Outra testemunha que presenciou a atuação de João de Deus na vila de Tomar também ouviu dizer que o penitente era “natural de São Tomé e que viera da cidade da Bahia em pregações por estes sertões” (ANTT, Processo 4330, fl. 48). Um alferes da vila de Abadia disse que depois da passagem do penitente pela localidade um sujeito mineiro lhe dissera que conheceu João de Deus “nas Minas, em companhia de um missionário franciscano barbono” (ANTT, Processo 4330, fl. 95).

Francisco de Santa Ana Matado, missionário carmelita que andava em missão pelo Sertão de Baixo no mesmo período que o penitente negro, e que se constituiu em seu principal opositor, denunciou com indignação os diversos enredos sobre João de Deus. Ele acusava que o penitente “em todos os seus sermões trazia a sua geração como queria”, porque uma vez ele disse que era “filho de um capitão de navio e outra que era filho do Deão de São Tomé”. João de Deus afirmava ainda que duas irmãs suas eram “freiras professoras nas Ilhas e dois irmãos sacerdotes em São Tomé” (ANTT, Processo 4330, fl. 16). O descontentamento do missionário era profundo e se traduzia em quase ódio pelo penitente negro, a julgar pelo teor zangado das duas cartas que enviou ao arcebispo da Bahia e pelo depoimento prestado na devassa eclesiástica. Na primeira carta, de 27 de outubro de 1767, enviada do Engenho Comandaroba dos religiosos do Carmo, na freguesia de Cotinguiba, Francisco Matado se referiu a João de Deus como “um negro sem mais caráter que o do batismo e da confirmação como suponho por ser de São Tomé, terra de cristãos”. Ele encontrava-se na região desde o mês de maio, época em que saiu “do hospício do Rio Real a missionar por estes Sertões de Baixo até o rio de São Francisco”. E queixou-se ao arcebispo que não se sentia à vontade para continuar e informou despeitado a razão: “porque lhe não quero usurpar a glória, pois mandando eu um portador de aviso para a missão ao reverendo padre vigário da freguesia do Urubu, perguntou ao portador o povo diligente se era o missionário preto” (ANTT, Processo 4330, fl. 15).

A freguesia de Santo Antônio do Urubu de Baixo localizava-se às margens do rio São Francisco e a fala do missionário carmelita é um indício de como a fama do penitente negro se espalhou por ampla região das capitanias da Bahia e de Sergipe, do litoral ao sertão. O religioso sustentava que João de Deus, “com a denominação ou predicado de Padre Missionário, usurpado por ele ou dado pelo povo, tem sido a perturbação de todos estes sertões até o rio de São Francisco e com a fama de santo todos o desejam”. Disse que o povo o chamava de “Pai João” e que chegava a pedir a seus párocos que o fossem buscar como “instaram na freguesia do Pé do Banco” (ANTT, Processo 4330, fl. 15).

Em uma segunda correspondência enviada ao arcebispo da Bahia em 15 de novembro de 1767, Francisco Matado disse que descobriu que João de Deus era “filhos das Alagoas” e que “acompanhou por dez anos a um religioso capuchinho missionário, do qual exercício lhe tomou algumas lições”. Apartando-se do religioso, o penitente negro veio parar na capitania da Bahia. No entanto, como veremos, esta foi mais uma versão desencontrada sobre a procedência de João José de Deus. Na carta, o missionário carmelita dizia ainda que por conta da idolatria com que se venerava o penitente negro no sertão, foi ouvir-lhe um sermão na capela do Engenho da Gameleira, em Sergipe, onde

achou “grande multidão de povo”. Ele conceituou a pregação de João como “coisa de negro idiota”, estranhando a atração que exercia sobre as pessoas: “não sei de que se atraía o povo, só se havia alguma mágica, como me tem persuadido a razão”. E reagia indignado contra a sua aura de santidade: “como pode ser santo um negro bêbado, como todos o tem sentido pelas baforagens, soberbo e mentiroso, que em todos os seus sermões trazia a sua geração como queria”? O missionário carmelita não escondia a ânsia de ver definitivamente encerrada a carreira do penitente:

desejava ter asas em Deus para com toda a brevidade chegar aos pés de V. Exa. Reverendíssima a pedir-lhe que pela honra de Deus e pela Nossa Santa Fé Católica Romana mandar com a brevidade possível tomar conta do que faz e diz este negro, que eu já me delibero ainda que custe o trabalho e a própria vida sair-lhe ao encontro (ANTT, Processo 4330, fls. 16-17).

Mas quem era afinal aquele homem, aquele pregador negro? Por que sua presença foi considerada tão perturbadora e incômoda a ponto de mobilizar a autoridade eclesiástica máxima da colônia, o arcebispo da Bahia, que o recolheu à prisão e ordenou a caprichosa devassa? Em que consistiam suas pregações e quais palavras blasfemas teria proferido? Quais atentados contra os bons costumes se referiam as acusações de que foi alvo e quais erros heréticos o levaram aos cárceres da Inquisição? E, por fim, quem eram os seguidores de João de Deus e por que isto tanto preocupou as autoridades na colônia e os inquisidores no reino?

### **“Com o fim de poder ser útil a outros seus irmãos pretos”**

Na genealogia que consta no processo inquisitorial João José de Deus assumiu que era natural da vila de São João del-Rei, em Minas Gerais, e deve ter nascido por volta do ano de 1736, pois em 1771 declarou que tinha cerca de 35 anos. Seus pais, Antônio da Costa e Isabel Maria de Jesus, “viviam de seu jornal nas lavras de São João del-Rei”. Toda a sua ancestralidade, entretanto, estava ligada de fato à ilha e bispado de São Tomé. Os pais de lá vieram e se estabeleceram nas Minas. Ele declarou que não conheceu nenhum dos avós por serem moradores em São Tomé. É possível que os pais tenham vindo para o Brasil na condição de escravos, alcançando a liberdade antes do nascimento de João, pois como foi dito, ele afirmou que era livre porque assim já o eram seus pais. Mas em outra confissão declarou-os como “pretos livres”, o que indica que eles vieram de São Tomé como pessoas livres e talvez não tenham sido escravos (ANTT, Processo 4330, fls. 157 e 185).

João de Deus disse que abraçou aquela vida errante e devota, fazendo pregações e penitências onde quer que fosse possível, “persuadido de que assim fazia algum serviço a Deus e poderia conseguir o perdão de seus pecados” (ANTT, Processo 4330, fl. 185). Mas o motivava principalmente o desejo de “ensinar a doutrina cristã a seus irmãos pretos pelos sertões”. Isto ele repetiu diversas vezes em suas confissões aos inquisidores

lisboetas. Na confissão feita à mesa inquisitorial em 15 de maio de 1771 declarou que “só desejava interiormente fazer cousa que poderia de algum modo agradar a Deus e se persuadia na sua rusticidade que poderia grato a Deus ir ensinar a doutrina cristã a seus irmãos pretos” (ANTT, Processo 4330, fl. 167). No dia seguinte, em nova audiência, insistiu que “era seu desejo convencer a todos os seus irmãos pretos que andassem em pecado, mostrando-lhes como podia que deviam todos obrar bem” (ANTT, Processo 4330, fl. 175). Mas seus ensinamentos ultrapassaram amplamente a esfera da comunidade negra dos sertões coloniais. Pouco a pouco, sua fama se espalhou e todos queriam ver o fenômeno do pregador negro.

O processo inquisitorial traz alguns detalhes sobre a vida de João de Deus nas Minas e sobre o que se passou com ele antes de dirigir-se aos sertões da Bahia e de Sergipe. Ele disse que “viveu na companhia de seus pais e debaixo de sua educação que sempre foi conforme a Lei de Deus e a Religião Católica”, até a idade de 18 anos, na vila de São João del-Rei. Tudo mudou no ano de 1754, quando dois missionários italianos apareceram na vila pregando missões, que foram ouvidas pelo jovem João José de Deus. No último dia da missão do barbadinho italiano frei Félix, ouvindo o sermão do religioso, João de Deus se “persuadiu da confiança que dizia haver na misericórdia de Deus, ainda que fossem muitas e muito graves as culpas de um pecador”. Em sua confissão, o penitente negro de 35 anos puxou pela memória o impacto das palavras daquele religioso sobre o jovem de 18 anos que ele fora:

Sentiu ele réu em si mesmo muitas comoções interiores e na noite deste mesmo dia, estando dormindo, sonhou no que tinha ouvido ao dito padre e se lhe representou que via o inferno e que se precipitava nele. Acordou assustado e ali mesmo fez atos de contrição e prometeu a Deus emendar a vida e fazer penitência de seus pecados. E logo no dia seguinte saiu da casa de seus pais, sem dizer-lhes coisa alguma, foi-se para uma serra próxima da vila donde esteve até a noite açoitando-se (ANTT, Processo 4330, fl. 171).

Após o dia de penitência na serra, João de Deus deixou definitivamente a casa dos pais. Na manhã seguinte ele foi para Vila Rica e de lá para a freguesia de Itatiaia, onde estavam dois outros missionários italianos, frei Luís e seu companheiro frei Serafim. João de Deus resolveu seguir os missionários “servindo como sacristão e sem outro interesse que cuidar seriamente na sua salvação”, conforme sua confissão. Os dois religiosos cuidavam do seu sustento. Assim se deu por dois anos, tempo em que fizeram missão por vasta região das Minas Gerais. João de Deus também esteve por algum tempo no Rio de Janeiro, no convento daqueles religiosos, o Hospício dos Barbonos, para onde se retirou frei Luís depois que seu companheiro faleceu nas Minas. Mas retornou para a região na companhia do missionário, realizando outra longa missão pelas “minas de Goiás”. Viajou mais uma vez ao Rio em companhia de frei Luís, que ali faleceu em 1764 (ANTT, Processo 4330, fl. 158).

Assim se deus, portanto, o processo de iniciação de João José de Deus na vida de penitente e pregador. Pelo tempo de dez anos, de 1754 a 1764, ele viveu na companhia de religiosos, vendo suas pregações e aprendendo com eles, sobretudo com o capuchinho frei Luís. Ele próprio resumiu este aprendizado diante dos inquisidores:

E no decurso dos dez anos que acompanhou o dito padre observou ele réu o modo com que se faziam as ditas missões e se persuadiu que o presente exercício era muito útil para a conversão das almas. E, por isso, depois da morte do dito frei Luís, se resolveu ele réu voltar para as Minas levado pelo zelo de ensinar a outros seus irmãos pretos das ditas Minas e principalmente dos sertões – donde não costumavam ir os ditos missionários – para ensinar-lhes a doutrina que tinha aprendido na companhia dos ditos padres, persuadido de que assim fazia algum serviço a Deus e poderia conseguir o perdão de seus pecados (ANTT, Processo 4330, fl. 158).

Após a morte de frei Luís, João de Deus deixou o Rio de Janeiro e se dirigiu para as “minas de Ouro Preto, cidade de Mariana”, onde se apresentou ao bispo local. Levando já a sua cruz nas costas, vestia “uma sotaina comprida de baeta preta e uma corda atada pela cintura que era o mesmo hábito que lhe havia dado e com que acompanhou sempre o dito padre frei Luís”. Foi aí que João de Deus obteve a primeira autorização para ensinar a doutrina cristã a seus irmãos pretos. Segundo ele, o bispo de Mariana “depois de lhe louvar a resolução, lhe concedeu vocalmente a dita licença” (ANTT, Processo 4330, fl. 158).

A partir da anuência da autoridade do bispado, João de Deus lançou-se na vida de pregador solitário. Suas primeiras incursões foram na freguesia de Itatiaia, a mesma de onde ele decidiu seguir os missionários capuchinhos uma década antes. Em seguida, fez pregações em Guarapiranga, também em Minas Gerais. Pela descrição de sua experiência em Itatiaia temos um indício dos métodos de conversão do penitente negro. Ele disse que saiu pelas ruas da vila com a sua cruz nas costas por volta das dez horas da noite. Em determinado ponto, tocando uma matraca de pau exclamou em voz alta: “Alerta pecador, alerta que desta sorte ninguém escapa. Quantos se deitaram com vida e amanhecera mortos nas profundas do inferno? Vede que qual é a vida tal é a morte”. Então prosseguia com outras exortações com as quais “gastava um quarto de hora”. Depois vinha o ritual de autoflagelação, açoitando-se com “umas disciplinas de ferro que tinham na ponta umas pequenas tachas de ponta aguda”. O penitente estava convencido de que com este ritual “comovia à penitência as pessoas que de suas casas e janelas observavam o que ele dizia e obrava” (ANTT, Processo 4330, fl. 159).

## “Por quase todos os sertões das Minas e da Bahia”

É impossível saber exatamente o que se passou na vida de João de Deus nos dois anos seguintes ao seu retorno às Minas. Sem dúvida continuou com suas missões, mas seus relatos não detalham as outras terras por onde andou antes de chegar ao Sertão de Baixo da Bahia e de Sergipe. Ele disse aos inquisidores que andando naquela vida penitente e devota “com o fim de ser útil a outros seus irmãos pretos” esteve “por quase todos os sertões das Minas e da Bahia” (ANTT, Processo 4330, fl. 164). Na Bahia, também não é possível saber com certeza quais caminhos percorreu e onde primeiro aportou antes de seguir para o Sertão de Baixo. Alguns acreditam que esteve na capital, Salvador. Os indícios realmente apontam que iniciou sua caminhada para o sertão a partir do litoral, através da estrada da Torre. Como vimos, o missionário Francisco Matado acreditava que ele era proveniente de Alagoas, onde teria vivido em companhia de um religioso durante uma década. “Apartando-se do religioso capuchinho veio ter à Torre, onde com o pé de ensinar a doutrina cristã aos pretos se meteu a pregar”, dizia o missionário (ANTT, Processo 4330, fl. 16). A Torre à qual ele se referia era os domínios da Casa da Torre de Garcia D’Ávila.<sup>6</sup>

João de Deus teria sido preso ainda no início dessa jornada, em Açú da Torre, por ordem do vigário local, em virtude de suas pregações. O missionário Francisco Matado lamentava o fato de que a prisão durou pouco tempo, porque alguma interferência fez com que o arcebispo da Bahia mandasse soltar o penitente negro. É possível que a interferência em favor de João de Deus tenha vindo dos próprios senhores da Casa da Torre. Ao rebater perante os inquisidores a acusação de que era motivado em sua vida devota por interesses pessoais, o penitente negro apontou nesta direção. Ele disse “que muitas pessoas ricas lhe ofereciam dinheiro e ele nunca aceitou mais que comestíveis”. E completou:

Em termos que rompendo-se a túnica preta que lhe havia dado o dito missionário frei Luís, ainda nas Minas, depois de a trazer muitos anos toda remendada, achando quem lhe oferecesse vestidos só aceitou umas seis varas de algodão para uma túnica, que lhe deu D. Ignácia, mulher de Garcia D’Ávila, Morgado da Torre, no termo da cidade da Bahia (ANTT, Processo 4330, fl. 162).<sup>7</sup>

<sup>6</sup> Sobre a história da Casa da Torre e o poder da família Dias D’Ávila, ver o estudo clássico de Pedro Calmon “História da Casa da Torre: uma dinastia de pioneiros” (1983 [1939]). Para uma abordagem mais recente, ver a tese de Ângelo Emílio da Silva Pessoa: “As ruínas da tradição: a Casa da Torre de Garcia D’Ávila” (2003).

<sup>7</sup> Trata-se de D. Inácia Pereira de Araújo, viúva do Coronel Garcia D’Ávila Pereira. Mônica Duarte Dantas relata negociações de terras empreendidas por Dona Inácia Pereira de Araújo em 1754 e 1764 (2000, p. 21).

O presente de dona Inácia Pereira de Araújo, que pertencia a uma das famílias mais poderosas daquele período, é significativo da rede de influência e proteção do penitente negro. Ele deve ter passado algum tempo nos domínios da Casa da Torre para travar este conhecimento e conquistar a admiração da gente da casa. Pode ter sido, inclusive, através de interferência da própria matriarca da Casa da Torre que João de Deus conseguiu livrar-se da prisão. Se foi mesmo o arcebispo que ordenou a soltura de João, certamente D. Manoel de Santa Inês logo se arrependeu. Partiria do próprio arcebispo, pouco tempo depois, a ordem de prisão contra João José de Deus. Em uma carta dirigida a Francisco Xavier de Mendonça Furtado, Secretário de Estado, o arcebispo relatou que o próprio governador da capitania da Bahia, o Conde de Azambuja, lhe certificara “que pelo Átrio da Torre andava pregando um preto leigo e que mandando-o prender o não pudera conseguir por ter se retirado ocultamente daquele lugar”. Tempos depois o arcebispo recebeu “a notícia que andava pregando pela comarca de Sergipe de El Rei” (AHU/BA – Castro e Almeida, Cx. 43, Doc. n° 7963).

Durante quase todo o ano de 1768, entre os meses de fevereiro e novembro, o reverendo Vicente Ferreira da Silva, visitador geral do Sertão de Baixo, esteve intimando e ouvindo testemunhas nas freguesias onde João de Deus pregou. Começou sua jornada na freguesia de Nossa Senhora de Nazaré do Itapicuru de Cima, no sertão, e terminou na de Nossa Senhora da Abadia, no litoral, ambas na Bahia. Não se sabe a razão da escolha desta trajetória de investigação, mas por ela foi possível seguir os indícios do caminho feito por João de Deus. Não há informações sobre a maior parte dos lugares onde ele pregou até chegar à vila de Abadia, primeiro local onde passou no qual o visitador inquiriu testemunhas. Mas por sinais esparsos na fala dos depoentes é possível saber alguns dos passos do penitente.

João José de Deus não menciona sua prisão na freguesia de Sauípe da Torre em suas confissões. Ele repetiu incansavelmente diante dos inquisidores que não realizava missões sem anuência de vigários e sempre fazia suas pregações fora dos templos sagrados. Consta que ele fez outra missão na freguesia, provavelmente após a sua libertação. O negociante português Custódio Pereira Guimarães, morador em Abadia, disse que não estava na vila quando ele lá esteve, porém que indo para a cidade da Bahia se arranchou à noite junto a uma capela em Jacuípe, na freguesia de São Pedro de Sauípe da Torre, e “achou esse tal preto pregando de noite nesta capela com grande concurso e multidão de gente, assim de homem como de mulheres” (ANTT, Processo 4330, fl. 100). João de Deus não pregava somente nas vilas e povoações, mas também nas casas onde lhe davam abrigo pelos caminhos, conforme testemunhou o capitão-mor José de Oliveira Campos, dono de fazendas em Abadia: “o dito preto antes de chegar a esta freguesia pelas mais partes por onde tinha andado, nas casas onde anoitecia e se recolhia, fazia também a sua pregação e antes de chegar a esta vila, pregou também em várias casas desta freguesia” (ANTT, Processo 4330, fls. 100-101).

João de Deus Penitente exerceu inegável atração sobre as pessoas do Sertão de Baixo e um número significativo de devotos se movia de longas distâncias para assistir às suas pregações. O volume de fiéis foi aumentando à medida que a sua fama se espalhava. Isto despertou o interesse e a preocupação das autoridades coloniais e o despeito de

alguns religiosos, como o missionário carmelita Francisco Matado. Pelas falas colhidas na vila de Abadia percebemos que as notícias que precederam a chegada de João de Deus na localidade ainda não eram numerosas, como iria acontecer em outras freguesias à medida que ele avançava pelo Sertão de Baixo. No entanto, todas as testemunhas ouvidas ali foram categóricas em relatar sobre o grande número de pessoas que se reuniu nos dias em que o penitente negro esteve na vila. Tudo indica que foi a partir de Abadia que João começou a reunir o séquito de seguidores que o acompanhava de início por parte do caminho, mas que depois foi se constituindo em um grupo fiel de devotos que o seguia incansavelmente de uma freguesia à outra. O capitão-mor José de Oliveira Campos disse que quando o penitente chegou a Abadia “ainda não trazia séquito grande, como sucedeu pelas mais freguesias” (ANTT, Processo 4330, fl. 100). Mas quando dali se retirou, conforme Narciso da Silva, ele foi seguido por “bastante gente”, homens e mulheres que o acompanharam “até o porto do mar”, distante da vila cerca de meia légua (ANTT, Processo 4330, fl. 102).

### **“Depois do tempo do Padre Malagrida não houve outro semelhante”**

Deixando a freguesia de Abadia, na Bahia, através do mar, João de Deus se dirigiu para a comarca de Sergipe del-Rei. Encontrou acolhida bastante favorável na freguesia de Santa Luzia do Rio Real, tanto na missão que fez na povoação de Estância quanto na realizada na própria vila de Santa Luzia. Ali ele deve ter chegado através do porto da Barra do Rio Real, onde aportavam as sumacas e outras embarcações que navegavam na época. O tenente Luís Ferreira da Rocha, morador em Santa Luzia, estava em sua roça quando soube da presença de João de Deus na vila fazendo missão. Ele disse “que se botou junto com sua mulher e família a ouvir a missão do dito preto” e esteve na vila durante nove dias, o mesmo tempo que durou a missão, somente depois retornando à sua roça. Em Santa Luzia, João de Deus fez dois sermões durante o dia e um à noite, durante nove dias seguidos. Este padrão ele repetiu em diversas localidades, fazendo também procissões bastante concorridas e tirando esmolas para as almas (ANTT, Processo 4330, fl. 93).

O capitão João Crisostomo de Andrade, morador em Estância, presenciou a chegada de João de Deus naquele lugar, indo solenemente ao seu encontro. Ele disse que “quando foi ao porto esperar junto com o mais povo ao dito preto” viu este trazer “atrás de si desde a vila de Santa Luzia onde havia pregado bastante gente que o seguia”, séquito que “constaria de umas duzentas pessoas” e que quando ele se retirou de Estância muita gente também o seguiu (ANTT, Processo 4330, fls. 91-92). As testemunhas de Estância foram unânimes em relatar sobre a multidão que se reunia para ouvir as pregações de João de Deus e que foi também grande o número de pessoas que o seguiu quando ele partiu da localidade.

A partir da passagem pela freguesia de Santa Luzia foi se construindo definitivamente a mística do penitente negro que era um fenômeno de multidões. O tenente Luís Ferreira da Rocha disse que era tal o concurso de gente que seguia João de Deus de uma freguesia a outra que causava admiração e que “nunca viu praticado com missionário algum” aquele ajuntamento de devotos, “exceto no tempo da missão do

padre Gabriel Malagrida” (ANTT, Processo 4330, fl. 93). O mesmo foi observado pelo capitão do mar e guerra José Rodrigues Dantas, português, morador em Santa Luzia. Ele esteve na missão que João de Deus fez em Estância e resumiu da seguinte maneira a sua surpresa com o número de pessoas:

fazia dois sermões de dia e um de noite, e sempre com inumerável auditório de gente, assim de homens como de mulheres que concorriam de várias partes, coisa nunca vista nas missões dos missionários evangélicos, e somente aconteceu isto quando andou por estas partes, de missão, o padre Gabriel de Malagrida (ANTT, Processo 4330, fl. 98).

Depois da missão na povoação de Estância, João de Deus voltou à vila de Santa Luzia e dela partiu para a povoação de Itabaianinha. Não há narrativas da missão do penitente negro nesta localidade, mas certamente ela também atraiu muitos devotos. Outras narrativas já dão conta de sua passagem pela freguesia de Campos do Rio Real de Cima, para onde ele foi por súplicas do povo ao vigário local. Ali foi intensa a participação das pessoas nas pregações do penitente e na procissão que ele fez em uma noite. Ele chegou acompanhado por “uns moços músicos e umas moças chamadas donzelas, mestiças e pardas”, conforme Bernardo Pereira de Oliveira (ANTT, Processo 4330, fl. 47). Nas demais freguesias as mesmas narrativas sobre este grupo iriam se repetir e pouco a pouco as moças seriam referidas como “as suas donzelas”. Era também voz pública que ele trazia o grupo desde a povoação de Estância.

As informações apontam que da freguesia de Campos do Rio Real, em Sergipe del-Rei, João de Deus passou para a de Itapicuru de Cima, na Bahia, aonde ele também foi por convite do vigário. Em Itapicuru ele pregou tanto na vila quanto na povoação de Rainha dos Anjos. Esteve acompanhado do já conhecido grupo de músicos e das mulheres chamadas “suas donzelas” e foi visível mais uma vez o seu sucesso junto à multidão. O português Manoel de Matos Monteiro contou ao visitador que as procissões que o penitente negro fez na vila, nas quais iam separados homens e mulheres, foram acompanhadas de “um grande concurso de gente”. Somente mulheres, contou “oitocentas e tantas” e sendo morador em Itapicuru havia “trinta e tantos anos” não se recordava de outro ajuntamento semelhante em missões ali realizadas (ANTT, Processo 4330, fl. 33). Antônio Correia de Brito, por sua vez, disse que por curiosidade ele “chegou a contar somente de mulheres mais de novecentas” seguindo a procissão de Nossa Senhora da Conceição (ANTT, Processo 4330, fl. 36).

O mesmo sucesso se repetiu na Vila Nova de Tomar, ou Tomar do Geru, o destino seguinte do penitente negro. Uma testemunha que “presenciou ao preto João de Deus pregar vários dias na freguesia” relatou com assombro a atração das pessoas por ele:

foi tal o conceito que o povo fez do dito preto que chegaram a deixar suas casas ao desamparo para o seguirem

e irem ouvir; e quem nunca em sua vida se abalou de sua casa para ir ouvir a missionário nenhum apostólico o fez para ir ouvir ao dito preto, o qual dizia que não o chamasse missionário, mas sim João de Deus Penitente (ANTT, Processo 4330, fl. 48).

Nos depoimentos da freguesia de Lagarto aparecem as mesmas narrativas que rememoram na passagem de João José de Deus pelo Sertão de Baixo os tempos em que o jesuíta Gabriel Malagrida andou em missão pela região. Isto fica evidente, sobretudo, na fala dos homens mais velhos, como o capitão Bernardo da Gama e Aranha, 65 anos. Ele disse que foi tal o número de pessoas na vila que seguia “atrás do dito preto” que não se recordava de ter visto nada parecido, “senão no tempo do padre Gabriel Malagrida que andou em missão por estas partes” (ANTT, Processo 4330, fl. 52). Outra testemunha, o português Manoel Francisco de Carvalho, disse que “foi nesta vila tal o ajuntamento de povo que concorreu para ouvir pregar o dito negro” que há vinte e um anos que morava naquela terra não viu nada semelhante e nem “em missão alguma de missionários apostólicos viu ajuntamento igual e muito menos a veneração que davam ao dito preto” (ANTT, Processo 4330, fl. 59). Os homens mais velhos do lugar disseram ao negociante Manoel José Tavares “que depois do tempo do Padre Malagrida” não houve outro semelhante (ANTT, Processo 4330, fl. 55). José da Silva Coelho também confirmou que “exceto no tempo do Padre Malagrida” nunca se viu tanta gente reunida para ver um pregador (ANTT, Processo 4330, fl. 57).

A mesma admiração foi demonstrada pelas pessoas da vila de Itabaiana, local para onde João de Deus se dirigiu após a missão em Lagarto. O lavrador português Domingos Dias, morador no sítio das Frechas, presenciou “grande multidão de povo, que acudiu de várias partes a vir ouvir o dito negro, seguindo-o de uma freguesia para outra em tão grande número que causava admiração, fazendo dele grande opinião” (ANTT, Processo 4330, fl. 67). O também lavrador Felipe Benício Pereira, morador no Campo do Brito, afirmou que se reuniu em Itabaiana para participar da missão de João de Deus um “ajuntamento e multidão” que “causou grande admiração porque em missão alguma, nem em festa, se ajuntou tão numeroso povo” e isto era devido ao “grande conceito que se fazia do dito preto” (ANTT, Processo 4330, fl. 68). Outro lavrador, Felix Ferreira Santiago, relatou sobre o ineditismo do sucesso de João de Deus Penitente, que superou inclusive o famoso jesuíta italiano.

Disse mais que era tanta a gente que acudiu a ouvir o negro e que o seguia de uma freguesia para outra que não se podia numerar, em tanta forma que nem na missão do padre Gabriel de Malagrida, que fez a missão a que tem acudido mais povo, houve tão grande concurso de gente como foi nesta do dito preto (ANTT, Processo 4330, fls. 65-66).

O padre Gabriel Malagrida (1689-1761) nasceu na Itália, na vila de Mennagio, ducado de Milão, mas passou boa parte da vida no Brasil, aonde chegou aos 32 anos de idade. Aqui ele viveu por 30 anos, entre 1722 e 1753, e foi incansável em atravessar as capitanias do Norte, do Pará à Bahia, fazendo pregações, evangelizando, construindo igrejas, seminários, conventos e recolhimentos.<sup>8</sup> Ao chegar ao Brasil, passou alguns anos como pregador no Colégio dos Jesuítas do Pará, mudando-se posteriormente para São Luís, no Maranhão, onde começou a voltar suas pregações também para as ruas. Prosélito da fé e pregador inflamado, em pouco tempo seria considerado santo e a ele seriam atribuídos vários milagres. Consta que quando se transferiu para a Bahia, em 1736, sua fama era tão grande que multidões iam acompanhá-lo e ouvi-lo em sua passagem pelas diversas cidades espalhadas pelo caminho (MARQUES, 2004, p. 37-52). Na viagem de São Luís à Bahia há menção sobre sua passagem pelos sertões da Bahia e Sergipe até chegar ao litoral. Deixando para trás Parnaaguá, no Piauí, chegou ao Rio São Francisco e passou pelos territórios de “Barra do São Francisco, Boqueirão, Jacobina, Sento Sé, Salinas, Figueiras, Anhampube, Vila de S. Lucia, Estancia, Jeremoabo, Rio Piauí, Santo Amaro de Pitanga” (HAZIN, 2002, p. 92).<sup>9</sup>

Em uma carta escrita pelo padre Malagrida para D. Frei Inácio de Santa Teresa, consultor de D. João V, ele fez menção à sua estadia em Santa Luzia, especialmente na povoação de Estância. Falou sobre o abandono em que se encontrava a igreja da povoação e do pouco zelo dos fiéis. Ali ele fez uma pregação com tanto fervor que foi recolhida a quantia de novecentos mil réis em dez dias, prometendo os fregueses ainda mais doações nos outros dias. A quantia foi passada às mãos do vigário para as obras do templo. Este era o espírito de Malagrida nas diversas localidades por onde andou (RODRIGUES e MOURA, 2012, p. 267).<sup>10</sup>

Na época das missões do penitente negro no Sertão de Baixo havia pouco mais de seis anos que o padre Gabriel Malagrida fora condenado pelo Santo Ofício português e executado no auto de fé de 20 de setembro de 1761, aos 72 anos de idade. Na sua sentença ele recebeu a excomunhão maior, foi deposto e degradedado de suas ordens

<sup>8</sup> Sobre recolhimentos femininos fundados pelo padre Gabriel Malagrida ver o artigo “As Marias Madalenas de Pernambuco”, de Suely Creuza C. de Almeida (2003, p. 189-209). Ver também o artigo “Gabriele Malagrida: importância de seu resgate para a memória brasileira”, de Elisabeth Hazin (2002, p. 84-98).

<sup>9</sup> Trecho da carta do padre Gabriel Malagrida, citada no referido artigo de Elisabeth Hazin.

<sup>10</sup> Sua atuação em Estância não se limitou à reforma da igreja, como podemos perceber por um trecho de sua carta: “E para dar maior calor às missões, na tarde do último dia, convidei todos a carregar pedras, e eu mesmo fui com eles com os meus dois companheiros jesuítas. Que espetáculo belo e santo de ver-se. Toda aquela multidão (foram mais de 4.000 pessoas, segundo os cálculos dos meus companheiros) correu ao glorioso trabalho, carregando não mais *ad pompam* e cantando os hinos das missões. Limpavam todo o rio, que estava cheio de pedras. E como naquele momento não havia bois para ajudar no transporte, não se envergonhou uma boa escolta de valentes jovens de puxar uma carreta como se fossem eles mesmos bois. Cena que não se sabe se convidava mais a rir pela novidade ou a chorar pela devoção e ternura que inspirava” (BNP, Reservados, Cód. 1527, fl. 603, Apud RODRIGUES e MOURA, 2012, p. 267).

religiosas e relaxado à justiça secular com mordança e rótulo de heresiarca.<sup>11</sup> Das 48 pessoas sentenciadas que saíram em auto de fé naquele dia pelas ruas de Lisboa, somente ele sofreu a pena capital.<sup>12</sup> Também neste cortejo saiu um prisioneiro do Sertão de Baixo, o pardo José Fernandes, da vila de Abadia, condenado ao trabalho forçado nas galés de sua majestade pelo tempo de cinco anos, por usar uma bolsa de mandinga. Enfraquecido pela longa travessia do Atlântico, pelas condições dos cárceres do Santo Ofício, pela tortura, pelo açoitamento público a que foi condenado e, por fim, pelo trabalho pesado nas galés, o mandingueiro de Abadia faleceu poucos meses depois de sua condenação (SANTOS, 2016, p. 59-60).<sup>13</sup> Quanto ao padre Gabriel Malagrida, envolvido nas intrigas do ministro Sebastião José de Carvalho – o futuro Marquês de Pombal – ele teve uma morte de mártir na última fogueira acesa pela Inquisição portuguesa e sua aura de santidade cresceu consideravelmente. A associação de João de Deus Penitente a Malagrida pelo povo do Sertão de Baixo, portanto, carregava uma simbologia muito forte, simbologia presente na imagem de santo e milagroso que pouco a pouco também foi se construindo em torno do penitente negro.

Nas demais freguesias onde se têm notícias que João de Deus pregou se repetiu o mesmo sucesso de espectadores. Assim foi na capela de Nossa Senhora da Guia, no Engenho da Gameleira, freguesia de Cotinguiba. Assim também ocorreu na cidade de São Cristóvão de Sergipe del-Rei. Alguns religiosos escreveram depoimentos atestando sobre os bons serviços prestados a Deus e às almas pelo penitente João de Deus através de suas doutrinas. Eles fizeram estimativas do número de pessoas que se reunia para ouvi-lo e que seguia às suas procissões. O vigário de Campos do Rio Real, André de Freitas Paiva, avaliou que na doutrina que João pregou a seus fregueses se achavam na vila “mil e tantas pessoas, frequentando tudo com muito zelo em serviço de Deus” (ANTT, Processo 4330, fl. 8). O padre Francisco Tavares de Mota e Menezes, coadjutor de Itabaiana, afirmou que João de Deus fez doutrina tanto para os fregueses do lugar como para os das freguesias circunvizinhas que a ela acorreram, juntando-se na vila “o número de mais de três mil almas” (ANTT, Processo 4330, fl. 9). João da Cruz Canhedo, pároco de Lagarto, não estimou em números o sucesso de João de Deus em sua freguesia, mas garantiu que para ouvir suas pregações “concorreram não só todos os fregueses dela, mas ainda inumerável povo das circunvizinhas e ainda de outras mais remotas em distância de trinta e quarenta léguas” (ANTT, Processo 4330, fl. 10). Na capela do Engenho Dira, o padre Simão Álvares Correia Vasconcelos disse que se juntou inumerável povo durante os seis dias em “que o irmão João de Deus Penitente fez

<sup>11</sup> O processo do padre Gabriel Malagrida está disponível no acervo *on-line* do Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT, Processo 8064, 1017 fls.).

<sup>12</sup> Conforme Isaías da Rosa Pereira, neste auto de fé “foram relaxados ao braço secular em carne, o padre Gabriel Malagrida; em estátua, o Cavaleiro de Oliveira e mais duas mulheres já defuntas nos cárceres, Rosa Maria, de Alter do Chão, e Rita Felizarda, de Arronches” (1982, p. 367).

<sup>13</sup> Sobre o caso de José Fernandes ver o processo disponibilizado *on-line* pelo Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT, Processo 18003). Ver também as análises recentes de Felipe Augusto Barreto Rangel (2015) e Diego Gouveia Santos (2016).

doutrina”. Ele estimou o público em “mais de duas mil pessoas, fora as que seguiam de outras muitas partes adonde ele já tinha feito a mesma doutrina” (ANTT, Processo 4330, fl. 12).

Mais houve quem estimasse a multidão de fiéis de João de Deus em números ainda mais espetaculares. Na cidade de São Cristóvão, o negociante português Antônio Rodrigues da Cunha também se admirou da multidão que parou para ouvir o penitente negro, a quem ele próprio foi recepcionar ainda no caminho. Disse que “fora da cidade e corte de Lisboa não viu ele testemunha em território tão pequeno tanta gente junta, que julgavam ser mais de cinco mil pessoas, assim de homens como de mulheres” (ANTT, Processo 4330, fl. 89). O padre português Alexandre de Brito Soares também acompanhou o séquito de pessoas que partiu de São Cristóvão para recepcionar João de Deus na estrada. Sua narrativa sobre a multidão que esteve na cidade para participar da missão do penitente negro nos fornece a imagem de um verdadeiro acampamento de fiéis: “na pregação que fazia o dito preto, de dia como de noite, era muito grande o concurso de gente que ele testemunha o não viu semelhante nesta terra, de sorte que chegavam a fazer barracas pelo mato para se arrancharem” (ANTT, Processo 4330, fls. 89-90). O lavrador Manoel de Andrade Torres também contou ao visitador sobre as barracas espalhadas pelos campos que os seguidores de João de Deus fizeram para se acomodar nos dias da missão. Admirado, ele concluiu que não recordava de “ter visto tanto povo junto nesta terra” (ANTT, Processo 4330, fl. 90).

### **“Este é o meu sangue que estou derramando por vós”**

O que havia no fazer religioso do pregador João de Deus Penitente que tanta atração representou sobre a gente do sertão? Em que consistiam as suas missões? Quando foi apanhado nas teias da Inquisição pesava sobre ele grande fama de milagreiro, além das acusações de fingimento de revelações e profecias, proposições heréticas e blasfêmias. Acusavam-no de dizer que os anjos tinham glória, porém não tinham graça; que a oração e os atos de amor de Deus eram de tanta eficácia que metiam a Santíssima Trindade debaixo dos pés; que Santo Elías depois de morto não pudera entrar no céu sem que primeiro viesse restituir ao alfaiate alguns tostões que ficou devendo pelo feito de sua capa, entre outras proposições e blasfêmias (ANTT, Processo 4330, fl. 04). A estas acusações o penitente rebateu diversas vezes perante os inquisidores, negando ou argumentando que foi mal compreendido. Com relação a Santo Elías, por exemplo, ele disse que realmente narrou o exemplo em muitas ocasiões, mas que nunca se referiu ao patriarca da Igreja e sim a um homem comum chamado Elías, como forma de convencer a sua audiência a restituir ou não se apropriar daquilo que fosse alheio (ANTT, Processo 4330, fls. 173-174).

Mas havia outras acusações das quais as testemunhas se recordavam mais vivamente como uma característica diferenciadora das pregações de João de Deus e que talvez fossem consideradas ainda mais graves pelos inquisidores. Havia a questão das profecias e revelações que João de Deus teria mencionado em suas pregações. Testemunhas de Itapicuru afirmaram ouvi-lo dizer “que Deus Nosso Senhor era servido que ele andasse pelo mundo” pregando, “pois lhe tinha inspirado isto”, já que o povo não

queria emendar-se com a pregação dos teólogos ou dos missionários apostólicos (ANTT, Processo 4330, fl. 31). Ele dizia ainda que vinha para a correção dos homens “por ter pedido isto desde pequeno a Nossa Senhora da Conceição, como sua madrinha de batismo que tinha sido, de sorte que o conseguiu ser inspirado para sair pelo mundo emendando as vidas dos homens” (ANTT, Processo 4330, fl. 40). O tenente Basílio Fernandes Pereira, português, morador na freguesia de Cotinguiba, acusou João de Deus de fingir milagres, de dizer que “a Virgem Maria Senhora Nossa” lhe apareceu visivelmente e que “lhe ordenara fosse pelo mundo pregar aos povos penitência, porque assim era vontade de seu amado filho, e que também lhe dissera que se chamasse João de Deus Penitente” (ANTT, Processo 4330, fl. 76).

Fosse porque queria atenuar suas culpas, fosse porque as acusações não eram verdadeiras, João José de Deus sempre negou que lhe tivesse ocorrido revelação ou mesmo inspiração divina para que se lançasse na vida de penitente. Dos cárceres de Lisboa, o penitente negro insistia reiteradamente na explicação que já tinha dado por carta ao arcebispo da Bahia, quando ainda andava pregando pelos sertões. Na carta ele dizia que se errava em suas missões era unicamente fruto do desejo de “ensinar a doutrina cristã aos seus irmãos pretos pelos sertões desta capitania, donde vivem totalmente ignorantes dela” (ANTT, Processo 4330, fl. 06). As narrativas das testemunhas confirmam que João de Deus principiava a sua fala em algumas localidades expondo este seu objetivo. O vaqueiro Antônio José Pereira disse que viu o penitente pregar na capela de Rainha dos Anjos e o ouviu dizer que vinha fazer “somente doutrina aos seus irmãos pretos e pardos, se quisessem se aproveitar do que ele lhes ensinava, porque eles como rudes percebiam melhor o seu ramerrão do que o que os missionários apostólicos pregavam” (ANTT, Processo 4330, fl. 44). Outra testemunha de Rainha dos Anjos, o português João de Sá Sarmento, também indicou que a mensagem de João de Deus era mais acessível às pessoas do lugar: “os missionários apostólicos pregavam doutrina mais funda, que por isto não entendiam como podiam entender o que ele lhes ensinava” (ANTT, Processo 4330, fl. 43).

A ideia de que João de Deus Penitente usava uma linguagem muito mais próxima das massas está presente em diversos relatos das testemunhas ouvidas pelo visitador. Tudo indica que o penitente proporcionava aos seus ouvintes uma mensagem que era acessível de certa maneira a todos. Esta era uma das razões para o sucesso que experimentou rapidamente no Sertão de Baixo, sucesso atestado até mesmo pelo seu principal opositor, o missionário Francisco Matado. Durante os seus sermões, de maneira carismática, João de Deus costumava interagir fortemente com a audiência, referindo-se não somente ao lugar onde se encontrava, mas principalmente às diversas paragens por onde tinha andado, como aconteceu em Itapicuru: “e no meio da pregação perguntava onde se achava a sua gente amada da Estância, Santa Luzia, e outras partes onde tinha pregado; e levantavam-se e respondiam-lhe as que ali se achavam: aqui estamos” (ANTT, Processo 4330, fl. 40).

O missionário Francisco Matado acusava João de Deus de tornar-se cada vez mais atrevido pela aceitação que encontrou e pelo número crescente de adeptos que

abandonava suas vidas para segui-lo. Na cidade de Sergipe del-Rei ele teria dito desafiadoramente:

Que muitos duvidavam se ele tinha licença ou não, porém que para ele não lhe era necessária licença alguma, pois bastava ter o povo, porque não há rei sem povo. E se não, que dissesse o povo (e perguntava ao povo): Povo quereime? E este respondeu-lhe em voz alta: Queremos, queremos! (ANTT, Processo 4330, fl. 16).

O missionário alertava ao arcebispo sobre o perigo representado por João de Deus Penitente: “daqui a pouco vai a um régulo, senhor” (ANTT, Processo 4330, fl. 16).

Por um lado, é possível que o carmelita exagerasse na sua caracterização da atuação de João de Deus e da ameaça de insurreição que representava, tendo em vista a sua vontade expressiva de pôr fim à carreira de pregador leigo do penitente. Mas, por outro lado, as diversas narrativas feitas ao visitador, mesmo de pessoas que claramente admiravam o penitente negro, demonstram um João de Deus cada vez mais ativo e consciente da admiração e veneração que gozava entre a gente do Sertão de Baixo. O músico Gonçalo Francisco de Souza, que assistiu pregações de João de Deus em Itabaiana e na capela de Nossa Senhora da Guia, no Engenho da Gameleira, contou ao visitador sobre a atitude extremamente desafiadora assumida por João de Deus nesta última localidade. O penitente parecia demonstrar desprezo ao saber sobre os capítulos ou provas que algumas pessoas estavam reunindo para denunciá-lo ao arcebispo da Bahia. A testemunha acusava o penitente de dizer que “o seu desejo era o de morrer como mártir”, mas que “o dito Senhor o que podia fazer era mandar prendê-lo e não podia mandar matá-lo”, se referindo ainda ao arcebispo. E prosseguia dizendo que “esses capitulantes que conspiravam contra ele fiados na sua riqueza e em serem senhores de engenho nada lhe haviam de fazer” (ANTT, Processo 4330, fl. 83).

O sargento-mor Feliciano Cardoso, morador na freguesia de Cotinguiba, que assistiu pregações de João de Deus na cidade de Sergipe del-Rei, também se referiu a desafios parecidos lançados por ele. O penitente dissera para a sua plateia que intentavam denunciá-lo ao arcebispo por ele não ter licença para pregar, mas que ele “não carecia porque tinha pregado diante de Senhores Bispos e Governadores do Rio de Janeiro e Minas, e que nenhum nunca lhe opôs nem impediu”. Que não precisava da licença “nem de sua Excelência Reverendíssima nem mesmo do nosso Fidelíssimo Soberano, pois o que queria era o povo por si”. Nesta altura da pregação, João virou-se especialmente para o povo e “perguntou em altas vozes se o queria seguir e ouvir”. Os presentes responderam que sim e ele instruiu “que fossem para o Engenho da Gameleira onde ia abrir nova missão na capela do capitão-mor José Correia” e acrescentou que “se em castigo disso o quisessem matar o estimava muito, pois andava atrás de morrer mártir” (ANTT, Processo 4330, fl. 80).

Questionado em Lisboa sobre essas acusações, João de Deus negou sempre, insistindo que nunca foi à freguesia alguma sem licença do pároco. Sobre a história de

querer morrer como mártir, explicou que quando esteve pregando no Engenho da Gameleira, sabendo ali que havia uma ordem de prisão do arcebispo contra ele, “com esta notícia se despediu daquele povo dizendo que ele se ia voluntariamente apresentar ao mesmo prelado, e se oferecer à prisão, porque se errava estava pronto para receber o castigo”. E negava todo o resto simplesmente dizendo que “ele não esperava ser mártir em terras de católicos”. Na esteira das mesmas acusações, também se dizia que nas pregações na cidade de Sergipe del-Rei e no Engenho da Gameleira, ativo em sua posição de pregador das massas, João de Deus repreendeu a filósofos e teólogos e lhes lançou desafios. Ele tudo negou dizendo que, pelo contrário, sempre pediu aos sacerdotes que se achavam presentes em suas missões que se ele dissesse alguma coisa digna de repreensão que eles o advertissem. E completava dizendo que ele “nunca se atreveu a falar de brancos nas suas práticas e só se servia do termo de que usava com os seus irmãos pretos dizendo sempre: meus irmãos, cuidai em emendar-vos para conseguir a salvação” (ANTT, Processo 4330, fls. 190-191).

João de Deus Penitente insistia perante os inquisidores que, andando na vida de penitente por quase todos os sertões das Minas e da Bahia, “nunca teve emulações”, ou seja, nunca teve rivalidades ou desavenças com ninguém. Isto somente aconteceu, segundo ele, “depois que aos sertões da Bahia foi fazer missões um religioso carmelita calçado” que era o “frei Francisco Matado e outros seis religiosos seus companheiros”. João de Deus explicava a perseguição dos religiosos da seguinte maneira: “porque vendo que o povo procurava mais ouvir e seguir a ele réu (talvez por ser preto) do que aos mesmos religiosos, se queixaram estes ao Excelentíssimo Arcebispo da Bahia” (ANTT, Processo 4330, fls. 163-165). Nesta fala percebemos o penitente atribuindo o sucesso de sua atuação também a uma questão de cor: a sua audiência se identificava com ele “talvez por ser preto”. No entanto, a audiência não era formada somente pelos irmãos pretos a quem João Deus se preocupou inicialmente em ensinar a doutrina cristã. Os relatos das testemunhas dão conta de uma diversidade de pessoas que paravam para ouvir as suas pregações e que o seguiam de um lugar para outro, inclusive diversos religiosos.

Através de certos trechos das narrativas das testemunhas e das confissões de João de Deus, é possível descobrir aspectos da dimensão religiosa daquele homem que registrava no próprio corpo aquilo que queria transmitir às almas do sertão: a necessidade do sofrimento, do sacrifício e da penitência para alcançar o reino dos céus. João de Deus entrava nas vilas e povoações carregando a sua cruz nas costas. Geralmente não permanecia mais de dez dias em cada lugar. Ele mostrava-se incansável e queria convencer o povo não somente pelo exemplo de suas palavras e atos de penitência, mas também pela frequência de suas doutrinações. Realizava pregações duas ou três vezes ao dia, durante nove dias. Fazia procissões nas quais homens e mulheres seguiam separados. Açoitava-se publicamente até derramar o seu sangue pelos pecados do mundo. O ponto alto da missão do penitente negro se encontrava justamente neste último momento, o da penitência, do suplício. Recorrendo a autoflagelação pública lembrava os antigos mendicantes da época medieval. Como a personagem principal de um drama digno das procissões de flagelantes do tempo da Peste Negra, João de Deus Penitente emocionava sua audiência no Sertão de Baixo. O missionário Francisco Matado narrou sobre o som

característico e audível das disciplinas que percorriam as suas costas no último dia de sua missão no Engenho da Gameleira, descrevendo como “fora notável o pranto e gritaria do povo amotinado” que assistia aquele ritual (ANTT, Processo 4330, fl. 147).

André Vauchez argumenta que uma das maneiras de interpretar o fenômeno dos flagelantes da Idade Média é pensar na autoflagelação como uma maneira de se colocarem na situação vivida por Cristo. “A imitação mais concreta de Cristo, através da autopunição e da humilhação voluntária, culmina aqui num processo de identificação com a vítima que sangrava no Calvário” (1995, p. 162-163). O penitente negro não somente imitava o Cristo flagelado através da autopunição pública, mas também pela cruz que levava nas costas de uma freguesia a outra. Terminada a flagelação, ele costumava limpar o sangue com um lenço branco e mostrar ao povo “como sudário” dizendo significativamente: “este é o meu sangue que estou derramando por vós”, como testemunharam João Ramos Pereira e Pedro de Alcântara dos Reis, na vila de Itapicuru (ANTT, Processo 4330, fls. 22 e 28). Esta foi mais uma das proposições que o levou a ser processado pela Inquisição e outras variações para a mesma ação foram narradas nas várias localidades onde o penitente pregou.

Na vila de Lagarto, o seleiro José da Silva Coelho disse que presenciou João de Deus açoitando-se rigorosamente com “umas disciplinas de ferro e bolas de vidro”. Viu também ele limpar o sangue com um lenço e mostrar ao povo dizendo “que tomava aquele castigo por amor deles, para ver se emendavam” e se “não queriam fazer penitência que ele fazia por eles” (ANTT, Processo 4330, fl. 56). O português Manoel Francisco de Carvalho presenciou João de Deus dizer enquanto se autoflagelava que o seu sangue haveria de servir no dia do Juízo de condenação para os pecadores. Neste ato, respingando sangue na parede da igreja ele disse ao povo que “ali ficava aquele sangue impresso para laço e testemunha dos que não se aproveitassem da sua doutrina e se não emendassem” (ANTT, Processo 4330, fl. 58).

Em Itabaiana, depois de se açoitar e limpar as feridas com o lenço branco, o penitente “o mostrou ensanguentado ao povo e disse que vinha remir o povo da Itabaiana à custa do seu sangue”, conforme o lavrador Félix Ferreira Santiago (ANTT, Processo 4330, fl. 65). Outro lavrador, Felipe Benício Pereira, que em uma pregação estava próximo de João de Deus, disse que ele não somente mostrou o lenço manchado de sangue, mas virou as costas e apresentou aos devotos de Itabaiana as suas feridas dizendo: “que vinha remir o gênero humano e povo da Itabaiana à custa de seu sangue e tomar sobre si, por ele, todas as penitências” (ANTT, Processo 4330, fl. 68). Na freguesia de Campos do Rio Real, Bernardo de Oliveira Ramos presenciou João de Deus dizer enquanto se açoitava “que tomava aquele castigo pelos pecadores”, que no dia do Juízo Universal ficaria contra aqueles “que não ouvissem e se aproveitassem de sua doutrina” e “havia de ser pelos que a abraçassem e aproveitassem dela” (ANTT, Processo 4330, fl. 47). Santos Soares Lima, sapateiro, ouviu João de Deus afirmar durante o ritual de penitência que ele mesmo haveria de ser “o maior verdugo e algoz” daqueles que não abraçassem a sua doutrina (ANTT, Processo 4330, fl. 46).

Durante os interrogatórios em Lisboa os inquisidores questionaram se João de Deus entendia que outros pecadores deveriam aproveitar de sua penitência “para

remissão de suas culpas e por que virtude”. Ele respondeu humildemente que assim não entendia “quando olhava para si, porque achava tudo pouco para satisfação do muito que ele réu tem ofendido a Deus”. Mas disse também que estava muito bem lembrado que:

em muitas de suas doutrinas, depois de se ter açoitado até correr seu próprio sangue em um lenço branco que trazia no fim das costas para não sujar a sua sotaina, tomava o mesmo lenço em suas mãos e o dobrava na presença de todos e dizia: Meus irmãos, eu não duvido derramar o meu sangue contando que vos arrependais dos vossos pecados e emendai-vos, e deixai para mim a penitência que eu a farei por vós se me for possível (ANTT, Processo 4330, fl. 172).

Em outra confissão João repetiu que se açoitava e depois mostrava o lenço manchado ao povo dizendo que não tinha dúvidas em derramar o seu sangue “por aqueles que se arrependiam de suas culpas e emendavam suas vidas” e que receava pelos demais “que não se convertessem e a Deus assentissem”, pois no dia do Juízo “Deus Nosso Senhor talvez lhes trouxesse à memória não se terem aproveitado do que viam e ouviam” através dele. Ele explicou aos inquisidores que agia em imitação ao que tinha aprendido com os missionários capuchinhos durante os dez anos que viveu com eles, assistindo e auxiliando em suas missões. Disse que com esse gesto “o povo se comovia mais e ao mesmo tempo se reconciliava” (ANTT, Processo 4330, fl. 161). A reconciliação dos inimigos e dos casais separados era uma das propagandas da ação do penitente. O vigário da vila de Lagarto, João da Cruz Canhedo, afirmou que da pregação e exemplo de vida virtuosa de João resultou naquela freguesia bons frutos: “ajuntando-se homens casados com suas mulheres de quem andavam separados a tempo considerável; apartando concubinados de muitos anos e fazendo pazes e amizades entre pessoas de quem não se esperava união” (ANTT, Processo 4330, fl. 10).

José da Silva Coelho, da vila de Lagarto, descreveu com admiração a veneração e obediência com que todos guardavam o penitente. Também disse que os clérigos da freguesia lhe asseveraram que ainda não tinha ido ninguém fazer pregação ali que fizesse mais fruto que João de Deus. Por conta desta obediência e veneração mulheres e homens aderiam aos atos de penitência e autoflagelação, à imitação do mestre:

E por essa razão se chegaram a açoitarem mais de duzentas mulheres, e ainda moças donzelas, rigorosamente, mas da cintura para cima na procissão de penitência que se fez de noite intitulada das mulheres. E se fez mais outra de noite intitulada de homens, que também se foram açoitando rigorosamente e fazendo outras penitências, andando de joelhos e com a barriga pelo chão, arrastando-se (ANTT, Processo 4330, fls. 56-57).

Luiz Mott argumenta que no Brasil colonial, a religiosidade popular, ao gosto barroco, externava-se através de manifestações marcadas por forte emoção. Desde o primeiro século da colonização, entre as principais formas de exteriorização do catolicismo popular, destacava-se em primeiro lugar o apreço pela penitência, que era praticada não apenas no âmbito privado, mas também em locais públicos. Os próprios religiosos estimulavam a prática da penitência pública como forma de estímulo aos indígenas “e às almas mais frígidas” (1997, p. 172).

À medida que crescia a atração pelas pregações de João de Deus Penitente crescia também a sua aura de santidade. Na povoação de Rainha dos Anjos, consta que uma mulher negra usou um algodão para reter o sangue que corria das costas do penitente e este ameaçou chicoteá-la com a sua disciplina. É bastante provável que a mulher quisesse guardar aquele algodão como uma relíquia do penitente João de Deus. Na freguesia de Campos do Rio Real de Cima, também consta que o vigário da Vila Nova de Tomar, Inácio Rodrigues Peixoto, “reprendera à várias mulheres que vira estarem apanhando e osculando o sangue do dito preto quando se açoitava em suas missões” (ANTT, Processo 4330, fl. 148).

Como argumenta Cândido da Costa e Silva, a gente do sertão incorporou em largos traços as expressões medievais do catolicismo português (1982, p. 14). Nestas expressões ressalta-se o fato da religião católica ser fundada por uma narrativa de martírio e morte. Esta narrativa era reavivada constantemente na pregação de João de Deus. Uma pregação que convidava à conversão, provada na penitência, para alcançar a salvação. A morte, o céu, o inferno, eram algumas das imagens fixadas no imaginário dos fiéis pelas exortações do penitente negro. Como um profeta dos últimos dias, em aparições cercadas de uma expectativa escatológica, João José de Deus parecia anunciar a proximidade do Juízo Final. Na vila de Itapicuru, em uma noite, das dez para as onze horas, ele saiu açoitando-se e falando em voz alta: “Alerta, alerta pecadores” (ANTT, Processo 4330, fl. 23). Na vila de Lagarto, o lavrador Martinho Pereira de Souza ouviu o penitente alertar as pessoas “que se emendassem dos seus pecados, pois que este era o último aviso que Deus Nosso Senhor lhes mandava, escolhendo a ele para este efeito” (ANTT, Processo 4330, fl. 50).

O relato das testemunhas demonstra que o fascínio exercido por João de Deus sobre a multidão estava baseado não somente no carisma, mas também em uma espécie de “pedagogia do medo”. Humilde e devoto em umas narrativas, particularmente em suas confissões, genioso e virulento em outras, ele representava tanto atração quanto terror para aqueles que assistiam suas missões. Jean Delumeau demonstra que na Europa Moderna os pregadores, particularmente os missionários que circulavam pelo interior, “utilizaram voluntariamente uma pastoral do terror a fim de melhor converter os pecadores, sobretudo os do campo” (2003, p. 16). Essa influência parece ter encontrado terreno em João de Deus através de seu longo aprendizado com os capuchinhos italianos pelos sertões de Minas Gerais. A mensagem expressa por ele em seus sermões, muitas vezes, era “de um Deus cuja justiça predominava sobre a misericórdia” (DELUMEUAU, 2003, p. 14).

Em Santa Luzia, uma testemunha disse que era de tal forma o terror que o penitente incutia em algumas pregações “que saíam as mulheres para fora da igreja atemorizadas pelo que o preto dizia”. Na ocasião consta que João disse “que naquele dia se acabava o mundo e não haviam de saber os pais dos filhos e os filhos dos pais” e que não teriam sequer sacerdotes que os confessassem (ANTT, Processo 4330, fl. 94). O português Manoel Guedes Soares, que assistiu pregações de João de Deus na vila de Lagarto e na cidade de Sergipe del-Rei, presenciou nesta última localidade o penitente dizer que naquele dia “se haviam condenado oito mil pais de família pelo pouco cuidado que tinham de sua família”. Em outro dia, ouviu também João “dizer que se tinham na madrugada deste dia apresentado no Tribunal Divino seis mil donzelas, e que todas foram condenadas ao Inferno por terem em vida somente cuidado de casarem” (ANTT, Processo 4330, fls. 52-53). Outra testemunha, o sargento-mor Feliciano Cardoso, relatou a mesma história demonstrando que João de Deus falou com tanta convicção “e fez disto tanta confusão e desconfiança da salvação” que logo no dia seguinte uma moça donzela das que estavam assistindo foi procurar um padre dizendo “que estava desenganada de se salvar, em razão de ter tido desejo de casar, porque assim o havia dito o preto, a quem ela dava o nome de servo de Deus e por tal o adorava” (ANTT, Processo 4330, fls. 79-80). João de Deus pregou o sermão justamente no dia 21 de outubro, que era dedicado “às Santas Onze mil Virgens” (ANTT, Processo 4330, fl. 146).

Conforme diversas falas, o pregador negro fazia profecias e revelações e, ameaçador, também rogava pragas. Manoel José Tavares, natural da Ilha de São Miguel, morador em Lagarto, que estava na vila de Campos do Rio Real, aonde foi “vender uma pouca de fazenda seca”, presenciou a chegada de João na localidade e assistiu algumas de suas pregações. O negociante ouviu o penitente dizer em certa ocasião “que todos aqueles que não viessem ouvir a sua doutrina” haveria de “cair coriscos e raios em suas casas”. Tendo ele duvidado da premonição, o vigário Martinho de Freitas Garcez lhe asseverou que assim haveria de acontecer e que se quisesse comprovar “que se deixasse ficar em casa prometendo-lhe duas patacas”, ao que parece em forma de aposta. Tudo indica que o negociante não pagou para ver (ANTT, Processo 4330, fl. 55). Na vila de Itapicuru, Pedro de Alcântara dos Reis também confirmou que ali todos obedeciam prontamente a João de Deus, pois andavam atemorizados por suas previsões funestas. João dizia perante a sua solene audiência: “que havia de se abrir a terra, que havia de cair a igreja, que havia de chover coriscos e outras coisas mais que causavam terror e intimidavam” (ANTT, Processo 4330, fl. 29). O advogado Antônio Correia de Brito, também de Itapicuru, disse que a doutrina de João de Deus, ainda que rústica, encontrava os bons costumes, pois consistia em afiar a culpa e repreender os vícios. Segundo ele, o penitente “persuadia com a sua pregação de tal sorte ao povo que o atemorizava grandemente, tanto assim que todos lhe obedeciam e lhe guardavam uma obediência e respeito tal que o tinham por virtuoso” (ANTT, Processo 4330, fl. 37).

O relato que descreveu João de Deus pregando da maneira mais empolgada e virulenta veio da freguesia de Itabaiana, onde o músico Gonçalo Francisco de Souza assistiu suas missões. Parece que na ocasião o penitente estava bastante irritado pelas

histórias que corriam sobre ele e pela ameaça que já o cercava de ser preso por ordem do arcebispo da Bahia. João de Deus manifestou ao povo o seguinte desejo:

que permitisse Deus que todos aqueles que não o queriam ouvir e murmuravam dele que lhes caíssem raios, coriscos, pestes e tivessem mortes repentinas e os que falavam dele trouxessem as línguas retalhadas de ratos e comidas de bichos (ANTT, Processo 4330, fl. 82).

Dizia ainda que “os murmuradores, na hora da morte” não lhes havia de valer o patrocínio dos santos nem também “da Virgem Santíssima Mãe de Deus, porque a mesma Senhora dando-lhes as costas lhes havia de dizer que se fossem porque se lhes tinha acabado a sua valia e já não tinham patrocínio para os socorrer”. Mas, como uma espécie de compensação para o seu público, o penitente emendava dizendo que eles não experimentaríamos aqueles castigos porque ele mesmo pedia por eles e também porque “ele dito preto remediava com seu sangue e com a penitência que fazia por eles” (ANTT, Processo 4330, fl. 82). Assim, se o penitente negro recorria constantemente ao discurso da pastoral do medo, ele também sabia utilizar-se daquela outra pastoral de que fala Jean Delumeau, que incontestavelmente acompanhava a do medo: a pastoral da sedução, da esperança (2003, p. 38). Ao seu próprio discurso rigoroso, João de Deus Penitente compensava com o aceno da esperança da redenção através dele mesmo, do seu corpo, do sangue que derramava.

### **“E no meio da pregação perguntava se estavam aí as suas donzelas”**

Por causa da pesada carga emocional transmitida nas pregações do penitente negro, algumas mulheres não suportavam a pressão e desmaiavam. Há relatos sobre desmaios ocorridos na vila de Itapicuru, como narrou ao visitador o pintor Antônio Rodrigues de Vasconcelos: “e tinha um modo de pregar que metia terror, de sorte que andava a gente toda amedrontada com as ameaças do castigo do céu que prometia, e sucedendo por este motivo desmaiarem algumas mulheres, caindo por terra, amortecidas” (ANTT, Processo 4330, fl. 41). Mesmo antes de ir àquela freguesia já corria a notícia que João estava na vila vizinha, Campos do Rio Real, “pregando e fazendo milagres” ou fazendo “várias maravilhas e virtudes” e isto lançava sobre os moradores de Itapicuru uma grande expectativa sobre os atos do penitente. As mulheres que desmaiavam nas pregações eram levadas à sua presença pelos parentes que acreditavam que ele tinha o poder de trazê-las novamente à vida, “porque nas mais partes onde pregou tinha ressuscitado muitos mortos”, dizia uma testemunha (ANTT, Processo 4330, fl. 25).

João de Deus confirmou aos inquisidores os desmaios femininos, atribuindo-os ou ao susto pelas histórias que ele narrava, ou porque viam ele açoitá-lo até correr sangue, ou mesmo “por efeito do calor que havia no concurso de um povo incomensurável”. Os inquisidores haviam-no questionado sobre a notícia de mortes que teriam acontecido por causa dos motins incitados por seus sermões, ao que João de Deus negou terminantemente (ANTT, Processo 4330, fls. 163-165). No entanto, na devassa do

visitador, várias testemunhas descreveram situações de comoção desgovernada em virtude dos sermões do penitente. O lavrador Félix Ferreira Santiago, da vila de Itabaiana, relatou sobre uma pregação que João de Deus chamou de sermão do dia do Juízo. Ele contou que neste sermão o penitente incitava todos os presentes a chegarem até a cruz que trazia consigo. Com convicção, João de Deus dizia que “todos os que não chegassem à arca de sua Santa Cruz haviam de acabar a vida neste dia”. Insistia que “não haviam de ir mais para casa ver as suas panelinhas que tinham deixado no fogo” e que os frades “não haviam de ir mais para o seu convento”. A exortação do pregador resultou, segundo a testemunha, em um sussurro desesperado da audiência seguido de uma grande confusão. As pessoas rasgavam-se umas às outras com o fim de ver “quem mais depressa chegaria a abraçar-se com a cruz, de sorte que chegaram muitas mulheres a abortar, como foi bem público e notório”, insistia Félix Ferreira Santiago. Até o padre Francisco Tavares, coadjutor da freguesia, saiu do evento avariado, “com um dedo desmentido” e a veste religiosa toda rasgada (ANTT, Processo 4330, fls. 63-64).

Outra testemunha, Teodoro Fagundes Pereira, também relatou ao visitador o grande rebuliço que resultou do sermão do dia do Juízo, insistindo na história de que diversas mulheres sofreram abortos por conta da tentativa desesperada da multidão de chegar até a cruz do penitente. Em outra pregação que fez na vila de Itabaiana, João de Deus usou o recurso de levar uma caveira e apresentar à sua audiência. A mesma testemunha narrou esta ocorrência. Ele disse que João falou com a caveira segurando-a na mão e “certificou ao povo que aquela caveira havia de falar e que, assim, as mulheres que estivessem prenhes ou não tivessem ânimo de ouvirem falar a caveira que se retirassem?”. Teodoro disse ao visitador que depois de ver aquilo foi perdendo o conceito que tinha do penitente que diziam ser “servo de Deus” (ANTT, Processo 4330, fls. 69-70).

Delumeau argumenta que o recurso à encenação com uma caveira foi comum na Europa desde pelo menos o século XVII e que esta pedagogia teve uma longa posteridade entre os missionários católicos, citando particularmente os capuchinhos (2003, p. 20-22). A morte e o macabro faziam parte dos temas traumatizantes da pastoral do medo. João José de Deus confessou aos inquisidores em Lisboa o uso da caveira como forma de comover a sua audiência: “lembra que para comover o povo pegava muitas vezes em uma caveira e como falando com a mesma dizia: Serás tu de algum rico, ou de algum pobre, de algum justo ou condenado, de algum soberbo ou de algum humilde do coração?”. E discorria longamente em um sermão condenando o vício e louvando a virtude. Depois concluía dizendo: “Sois de algum condenado, vai-te para o Inferno; e sois de algum justo vem a meus braços e aceita os meus escusos e roga a Deus por todos nós”. Ele explicava aos inquisidores que agia assim em imitação ao que tinha visto praticar os missionários capuchinhos que ele seguiu por dez anos em Minas Gerais (ANTT, Processo 4330, fls. 163-164).

Em suas pregações, João de Deus Penitente dava importância à exortações e exemplos que pudessem levar à reforma da vida e dos costumes, dando especial atenção às mulheres. Diversas testemunhas referiram que ele levava de uma freguesia a outra, além do grupo de músicos, um grupo de moças intituladas donzelas, como já foi dito.

Inicialmente, as falas das testemunhas qualificavam essas mulheres como mestiças e pardas, como aconteceu na vila de Campos do Rio Real. Na vila de Itapicuru, as testemunhas observaram que ele chegou acompanhado de três ou quatro moças jovens, pardinhas e mamelucas, às quais ele dava o nome de suas donzelas. Mas já na vila de Lagarto, uma testemunha disse que João de Deus trazia em sua companhia as já conhecidas moças com o título de donzelas, mas “vinha também uma moça branca, filha de Manoel Suzarte”, fato que se estranhou muito (ANTT, Processo 4330, fl. 53). O séquito de moças parece que ia engrossando à medida que João de Deus avançava pelas freguesias.

Para comover os ânimos dos seus ouvintes, João de Deus se valia também de exemplos de vidas em pecado. Na vila de Itapicuru consta que ele alertou que quem vivesse amancebado durante toda a vida até a morte haveria de ir para o inferno. A virtude e a castidade das mulheres parecia ser um tema recorrente em seus sermões, conforme os relatos de diversas testemunhas ao visitador e como ele próprio confessou aos inquisidores. João disse que para comover a sua audiência à penitência frequentemente contava um caso “de uma mulher que fora condenada por ocultar em toda a sua vida uma culpa contra a virtude da castidade pelo pejo que tinha de confessá-la” (ANTT, Processo 4330, fl. 182). Ele teria o costume de no meio da pregação perguntar se estavam ali “as suas donzelas”. O português João Ramos Pereira presenciou nas várias vezes em que o penitente pregou na vila de Itapicuru ele promover uma separação entre as moças donzelas e as “perdidas”:

Presenciou mais ele testemunha que nas mais vezes que pregava costumava dizer que as donzelas todas se chegassem para ele e que as mundanas e corruptas se retirassem e ouvissem de longe, porque não queria nada com elas, e no meio da pregação, três ou quatro vezes, perguntava se estavam ali as suas donzelas, obrigando-as a responder em voz alta, e elas assim o faziam dizendo: Aqui estamos! (ANTT, Processo 4330, fl. 22).

O português condenava este comportamento do penitente negro, tendo em vista que ele acabava descobrindo publicamente os pecados da carne de algumas mulheres que até então estiveram ocultos. Aquelas mulheres, conforme a testemunha, acreditavam que o penitente sabia ou adivinhava os segredos ocultos e o que lhes ia na alma. O alferes português Domingos da Silva também presenciou o mesmo comportamento do pregador relacionado à castidade feminina em suas pregações na vila de Campos do Rio Real. João de Deus separava “as donzelas para junto de si e no meio da pregação perguntava se estavam aí as suas donzelas: elas respondiam que sim”. O alferes disse que estranhou “semelhante modo, porque aquelas que estavam em boa reputação e tinham seu erro encoberto se fazia público”, porque se mantinham separadas e caladas quando ele clamava por suas donzelas (ANTT, Processo 4330, fl. 25). Questionado pelos inquisidores sobre este seu modo de pregar onde “mandava que as

suas donzelas se chegassem para ele e que as corruptas se afastassem para longe”, João de Deus rechaçou a acusação:

Disse que é falso o que se contem na pergunta e a prova disto é muito fácil, porque ele só costumava demorar de sete até dez dias em cada freguesia donde nem tratava nem podia tratar com milhares de pessoas que ali se ajuntavam. E por isso não podia saber quais eram as donzelas nem as corruptas, e se há quem tal diga é porque quer dizê-lo (ANTT, Processo 4330, fl. 194).

No entanto, foram muitas as vozes que na devassa eclesiástica mencionaram esta forma de atuação do penitente negro. Entre os seus desafetos, ou aqueles que não faziam parte de seus admiradores, corria inclusive desconfianças sobre a convivência de João de Deus “de portas adentro” com aquelas mulheres intituladas “as suas donzelas” que ele levava consigo de uma freguesia à outra. O português João Pereira Ramos disse que o penitente trouxera consigo para a vila de Itapicuru “duas mamelucas e duas pardinhas, inda raparigas bem parecidas, às quais chamava ele as suas donzelas, com as quais havia suspeita que ele se prostituía” (ANTT, Processo 4330, fl. 22). No entanto, uma testemunha de Itabaiana disse que João de Deus ali chegou acompanhado pelos músicos e por “umas moças intituladas donzelas, aonde vinham também umas da vila de Lagarto, que ele testemunha tinha por honradas e honestas” (ANTT, Processo 4330, fl. 63).

Durante os interrogatórios em Lisboa, João José de Deus sequer reconheceu a existência das moças chamadas donzelas, da mesma forma que também não tocou no assunto dos músicos que o acompanhavam desde Estância que, segundo algumas testemunhas, eram pagos por ele à custa das esmolas que tirava para as almas. Questionado pelos inquisidores sobre as pessoas que o acompanhavam, “se trazia em sua companhia pessoas de um e outro sexo de partes remotas”, João de Deus respondeu que “só trazia a companhia certa de um rapaz chamado José para acudir nos sertões menos povoados as suas necessidades”. Ele acrescentou que “nem tomava tempo para conversar, nem o podia fazer com tantas e tantas pessoas que assistiam as suas doutrinas, como era notório” (ANTT, Processo 4330, fl. 175). Mas demonstrou que tinha consciência de que muitas pessoas o seguiam incansavelmente em suas andanças. Disse aos inquisidores lisboetas que às suas missões concorriam “brancos, pretos e índios” e outros ainda “a que chamam mamelucos, por serem filhos de brancos e gentios”. Acrescentou que se lembrava com maior clareza de um índio e uma índia, ambos já velhos, que seguiram a ele muitas vezes, “porque os viu na Vila Nova de Tomar, na vila de Lagarto, na vila de Itabaiana e na cidade de Sergipe del-Rei” (ANTT, Processo 4330, fls. 181-182). Conforme João de Deus, o casal indígena influenciara um grupo maior de índios que pouco a pouco passou a segui-lo em suas missões. E neste ponto aparece também outro atrativo representado pelo penitente negro: o seu cuidado em satisfazer a

fome daquela gente pobre que o seguia, repartindo aquilo que recebia nas vilas e povoações onde se acomodava.

E que os dois índios velhos pareciam bem inclinados e que persuadiram a outros muitos índios e índias de diversas aldeias viessem à doutrina que explicava ele réu. E que disto mesmo conserva lembrança porque como todos esses índios andavam juntos e eram pobres, aproveitavam de ir comer com outras muitas inumeráveis pessoas, às casas das pessoas que quartelavam a ele réu, porque das esmolas que davam os ricos, a saber: farinhas, legumes e mais comestíveis, fazia ele réu repartir com todos os pobres a hora do meio dia, e que isto era tão público e notório como pode dizer todo aquele povo (ANTT, Processo 4330, fls. 181-182).

João de Deus também disse aos inquisidores que na hora do jantar ele mesmo ia buscar a comida na cozinha das casas onde se arranchava “e a repartia por todos os pobres que ali se ajuntavam assim como também mandava aos pobres da cadeia pelo dito rapaz seu companheiro”, aquele de nome José. Também explicou que quem fazia toda a comida era “ordinariamente um preto do senhor da casa que hospedava a ele réu e que o ajudava o rapaz José, seu companheiro” (ANTT, Processo 4330, fl. 182). No entanto, algumas pessoas de Itapicuru deram conta ao visitador que João de Deus tinha em sua companhia uma mulher responsável pela sua comida. Pedro de Alcântara dos Reis descreveu-a como “uma mulher parda já de maior que trazia o dito negro na sua companhia com o título de ser sua cozinheira que lhe fazia o comer” (ANTT, Processo 4330, fl. 27).

### **“O Anticristo havia de ser branco e não preto”**

Nas narrativas sobre a passagem de João de Deus Penitente por alguns lugares, não raro, o que se apresenta sobre ele é a imagem de uma figura altiva e até mesmo soberba em sua condição de pregador requisitado, que sabia do sucesso e influência que exercia junto ao povo do sertão. Isto fica evidente, particularmente, nos relatos sobre a sua ida à freguesia de Itapicuru de Cima. Consta que chegando à vila em uma noite, João de Deus se desgostou e na mesma noite foi embora, sem que ninguém percebesse, se arranchando em uma fazenda algumas léguas a diante. Algumas testemunhas disseram não saber o motivo da retirada, mas outras apontaram que foi porque João de Deus não achou a casa que “o vigário tinha posto pronta para ele se recolher preparada com o necessário de comer”, como narrou João Pereira Ramos (ANTT, Processo 4330, fl. 21). Manoel de Matos Monteiro reforçou a tese de que João se retirou da vila por não achar o “provimento necessário de comer e beber para ele e toda a sua comitiva que constava de três pardos que serviam de músicos e uma mulher já idosa, que era para lhe fazer o comer, e duas raparigas pardinhas” (ANTT, Processo 4330, fl. 33). Antônio Correia de

Brito também disse que o penitente se retirou “pela razão de lhe ter o vigário recebido com mau modo faltando o cortejo e respeito, sem o hospedar com a grandeza necessária de comer e beber” (ANTT, Processo 4330, fl. 35). O pintor Antônio Rodrigues de Vasconcelos, por sua vez, disse que “o reverendo vigário o não recebera com grandeza, mandando-lhe pôr todo necessário de comer para a gente que trazia em sua companhia, fazendo pouco caso dele por ser um negro”. Isto ele ouviu de diversas pessoas e também do próprio João de Deus: “o mesmo negro também lhe disse muitas vezes e repetia na pregação que o tratavam com pouco respeito por ele ser um negro” (ANTT, Processo 4330, fl. 39).

Pela manhã, dando-se pela falta de João de Deus, uma comitiva se pôs em seu rastro para convencê-lo a retornar e fazer ali a sua missão. Diversas pessoas “dos principais da terra”, como o juiz ordinário Antônio Álvares de Souza e os padres Domingos Alves Lessa e Inácio Gonçalves Leite, foram atrás do penitente e o encontraram na fazenda Retiro, três léguas distante da vila. As narrativas sobre o encontro são controversas, assumindo diversos contornos. João Pereira Ramos, por exemplo, falou sobre um João de Deus irredutível em sua decisão de não retornar a Itapicuru e sobre a atitude desesperada dos membros da comitiva:

lançando-se aos pés do dito preto por este dizer que cá não tornava ainda que lhe cortassem a cabeça, lhe pediram pela Santa Cruz que ele trazia que tornasse a vir para essa freguesia pregar, porque eles prometiam ter a casa preparada de tudo quanto ele quisesse (ANTT, Processo 4330, fl. 21).

Pedro de Alcântara dos Reis também descreve a mesma cena, dizendo que apesar de todos os rogos João de Deus se recusava a voltar à vila “até que eles lançados todos de joelhos com uma imagem de um Santo Cristo nas mãos insistentemente lhe rogaram para que viesse” (ANTT, Processo 4330, fl. 27). Antônio Correia de Brito disse que somente depois de “muitos rogos e instâncias dessas pessoas, chegando a porem-se de joelhos, deu palavra de tornar a vir”. E que o próprio juiz trouxera “nas ancas do seu cavalo” a mulher idosa que diziam ser a cozinheira do penitente. Disse ainda que João de Deus, “chegando à vila, foi recebido desta segunda vez com todo o agrado e carinho, prestando-lhe a casa de todo o necessário e até com repiques de sino” (ANTT, Processo 4330, fl. 35). O pintor Antônio Rodrigues de Vasconcelos também relatou que o penitente foi recebido com muita ostentação e grandeza, “tanto no acompanhamento do povo, como no comer e beber”, com direito a “repiques de sino, coisa que nunca se fez a nenhum missionário apostólico” (ANTT, Processo 4330, fl. 39).

Essa não foi a única perturbação que envolveu João de Deus e os moradores de Itapicuru. Ele teria se desgostado do tratamento que lhe davam na vila alguns dias depois de ter ali iniciado a sua missão. João Pereira Ramos disse que no quarto ou quinto dia, depois que se recolheu a procissão, João de Deus “entrou a pregar dizendo que se ia embora, pois já não o queriam aqui, porque não lhe concorriam com bastante sustento para si e sua família”, história também narrada por Pedro de Alcântara dos Reis (ANTT,

Processo 4330, fl. 22 e 27). Outra testemunha relatou que no meio da pregação o penitente suplicou que lhe dessem alguma coisa para comer porque estava morrendo de fome, ele e sua família (ANTT, Processo 4330, fl. 26). Antônio Duarte Morato confirmou que no quinto dia de pregação João de Deus informou ao povo de Itapicuru que ia embora e que foi preciso lhe escreverem uma carta, “tomando por intercessora a Nossa Senhora da Conceição”, na qual os moradores rogavam para que ele ficasse na vila e terminasse a sua missão (ANTT, Processo 4330, fl. 32).

Em suas confissões João de Deus Penitente narrou de outra forma, e bastante sucinta, os atropelos que enfrentou na vila de Itapicuru. Disse que o que motivou a sua retirada foi porque “chegando ele na freguesia de Itapicuru” não achou o vigário, José Gois de Araújo, “de quem, havia pouco tempo, tinha recebido uma carta dirigida por dois índios”. Na carta, o vigário o convidava para ir fazer a sua doutrina naquela freguesia. João disse que duvidou se a carta era de fato do vigário e por isto se retirou dali, alojando-se mais adiante, na fazenda Retiro. Ele confirmou que o coadjutor da vila, o padre Domingos, foi buscá-lo “levando consigo uma parcela de gente”, entre elas o juiz ordinário. Essas pessoas “lhe pediram por Nossa Senhora (mas sem petição alguma) quisesse voltar à mesma freguesia”, com o que ele concordou e “disse não ser preciso empenho porque a isso vinha ele” (ANTT, Processo 4330, fl. 193). João de Deus confirmou que recebeu uma petição escrita em nome de Nossa Senhora da Conceição, mas que esta lhe chegou às mãos quando ele estava pregando na cidade de Sergipe del-Rei e não vinha do povo de Itapicuru, mas sim da parte do vigário do sertão de Jeremoabo, “distante dezoito léguas da dita cidade”. Na carta, segundo o penitente, o vigário de Jeremoabo dizia que “aquele povo suspirava por ouvi-lo”. Ele lhe respondeu que:

nos meses em que estavam lhe não era possível poder satisfazer com o seu desejo por causa da grande seca que havia e por falta de água não poder atravessar os sertões; porém logo que Deus desse chuva o poria em execução, dirigindo para lá os seus passos, indo de freguesia em freguesia como costumava (ANTT, Processo 4330, fl. 193).

Para além da questão essencial da subsistência de João de Deus e de sua comitiva, e de tratarem-no mal por ser ele um negro, outros motivos o levaram desgostarse de Itapicuru de Cima. Pedro de Alcântara dos Reis narrou que João de Deus se queixou na mesma pregação em que reclamou da subsistência que ia embora também porque a gente de Itapicuru o “tinha por feiticeiro e Anticristo, sendo que ele não era feiticeiro, nem Anticristo, pois o Anticristo havia de ser branco, e não preto” (ANTT, Processo 4330, fl. 27). A mesma narrativa foi repetida por outras testemunhas e não foi uma questão circunscrita à freguesia de Itapicuru de Cima. Uma testemunha da vila de Lagarto, o seleiro José da Silva Coelho, também presenciou João de Deus reclamar “que andavam dizendo que ele era o Anticristo, porém se enganavam, porque o Anticristo havia de ser branco” e ele era negro (ANTT, Processo 4330, fl. 56).

A questão racial foi recorrente, de maneira clara ou velada, nas narrativas sobre a experiência de João de Deus no Sertão de Baixo, quer na fala das testemunhas ouvidas na devassa, quer em suas confissões aos inquisidores. Já vimos a sua insistência em defender que o seu objetivo era unicamente ensinar a doutrina cristã aos seus irmãos pretos pelos sertões, que no seu entender viviam desamparados da fé católica. Vimos ainda ele sugerindo que o seu sucesso como pregador poderia se dever à sua condição de homem negro. Contraditoriamente, vimos também as suas queixas, segundo uma testemunha de Itapicuru, de que as pessoas ali não o respeitavam e não o assistiam com o necessário para a sua alimentação por ser ele um negro. E por último, a sua crença de que o Anticristo, quando viesse, haveria de ser branco, e por ser ele preto eram inconcebíveis as acusações daqueles que assim o tomavam.

O processo apresenta outras falas que denotam alguma forma de tensão envolvendo a questão racial nas andanças e pregações do penitente. Vale lembrar a forma preconceituosa com que o missionário Francisco Matado se referia a João de Deus, tratando-o por “um negro bêbado” e conceituando a sua atuação como “coisa de negro idiota” (ANTT, Processo 4330, fls. 16-17). Quando foi acusado na mesa inquisitorial de desafiar soberbamente a teólogos e filósofos e de afrontar o poder de algumas pessoas dizendo que conspiravam contra ele fiados em sua riqueza e em sua condição de senhores de engenho, João de Deus asseverou aos inquisidores que “nunca se atreveu a falar de brancos nas suas práticas”, que só se dirigia aos “seus irmãos pretos” (ANTT, Processo 4330, fls. 190-191). Houve ainda um episódio envolvendo o penitente e uma autoridade, o alferes Antônio Machado de Mendonça, natural da Ilha Terceira, juiz ordinário da vila de Itabaiana. O alferes ficou indignado porque João de Deus, tendo notícia de que ele como juiz queria prendê-lo, “teve o atrevimento de o mandar chamar para lhe falar”. Ele mandou dizer ao penitente “que não tinha negócios com negros, por não ser criado com eles e sim com homens brancos” (ANTT, Processo 4330, fl. 74).

### **“Era reputado como Espírito do padre Gabriel de Malagrida”**

João José de Deus, ou João de Deus Penitente, como ele preferia ser chamado, seguiu para os cárceres secretos do Santo Ofício, em Lisboa, onde deu entrada no dia primeiro de março de 1771. Ali permaneceu preso por mais de três anos até que os inquisidores chegassem a um veredito sobre o seu caso. No entanto, ele já estava preso desde pelo menos o ano de 1768, ou final de 1767, quando foi pessoalmente se entregar ao arcebispo na cidade da Bahia. Apesar das vozes e poderes que se levantaram contra o penitente negro em algumas freguesias do Sertão de Baixo, João de Deus continuou sendo para a gente da região alguém que se impunha como uma força não material, carismática, mesmo após a sua prisão. Por conta da persistência da veneração ao penitente negro, o missionário Francisco Matado foi mandado pelo arcebispo da Bahia seguir por todas as partes onde ele tinha andado. O intuito era “tirar da ignorância aqueles povos” e apagar de suas memórias os ensinamentos do penitente. No entanto, a sua tarefa não era nada fácil. O carmelita enfrentou nesses locais “desatenções e tiranias de muitos dos seus moradores”, que teimavam em continuar venerando o pregador João de Deus. Encarregado de fazer missão nos territórios onde o penitente havia pregado,

Francisco Matado deparou-se desde a povoação de Estância com uma situação desanimadora: a pouca devoção do povo na esperança do missionário preto. Sua incursão pela região deve ter sido no ano de 1768 ou 1769 e nesta altura dos acontecimentos João de Deus já estava preso havia algum tempo, mas a gente do sertão continuava esperando messianicamente o seu retorno.

Em seu depoimento na devassa que compôs o processo inquisitorial, depoimento prestado na capital da Bahia em 17 de setembro de 1770, o missionário carmelita narrou algumas das dificuldades que ele enfrentou ao tentar fazer com que a gente do Sertão de Baixo deixasse de lado a veneração pelo penitente negro. Ele disse que “era tal o conceito de santidade do tal preto” que na povoação de Estância, “aconselhando ele testemunha a dois penitentes que se acusaram de idolatria, ao menos material, em que tinham incorrido na veneração do dito preto e acesso às suas doutrinas”, eles se mostraram tão “absolutos e teimosos” nas suas convicções sobre João de Deus que ele os “despediu por impenitentes”, não os absolvendo. Francisco Matado relatou ainda que ali em Estância, em um altar da capela de Nossa Senhora do Rosário, “estava uma cruz que tinham tomado ao dito preto, dando-lhe outra” e que as pessoas tinham tanta veneração pela relíquia do penitente que rezavam seus terços e mandavam dizer missas para as almas especialmente naquele altar, “em virtude daquela cruz”. Zeloso em sua missão de apagar da memória do povo a passagem de João de Deus, o missionário achou por bem retirar a cruz do altar e “a mandou levar às casas de sua residência por evitar aquela idolatria”. Os moradores prontamente mandaram fazer contra ele uma petição ao vigário da vara para este “lhe mandar tirar de casa a dita cruz” e devolvê-la ao altar. Francisco Matado não informa sobre a resposta do vigário da vara e no que resultou a sua querela sobre a cruz do penitente, mas acrescentou significativamente sobre a capela do Rosário, em Estância: “e este foi o lugar de que quiseram excluir a ele testemunha a pedradas” (ANTT, Processo 4330, fls. 149).

Desgosto, o missionário se lamuriava sobre a sua experiência infrutífera no Sertão de Baixo, no rastro dos caminhos por onde andou João de Deus Penitente:

tal é a opinião das pessoas daqueles sertões, o bom conceito que fazem do dito preto missionário, que não é atendido, mas sim desprezado por eles, todo o ministro de Jesus Cristo que lhe diz coisa contrária às suas doutrinas; e estão profundamente fixos em que há de verificar a sua mimosa profecia de que ainda o haviam de ver feito sacerdote, dizendo missa e confessando (ANTT, Processo 4330, fl. 150).

Como no caso da cruz em Estância, o missionário Francisco Matado encontrou em suas missões pelo Sertão de Baixo um relicário de lembranças tidas como sagradas pelos devotos, lembranças que lhes foram deixadas pelo penitente negro. Ele relata que “algumas pessoas timoratas lhe entregaram medidas” que tinham tirado da cruz de João de Deus, assim como outras lhe entregaram medidas que tinham tirado do próprio corpo

do penitente. Outras ainda lhe entregaram também “algumas relíquias que ele dava” que eram “uns pós muito alvos em uns papelinhos”. Segundo lhe relataram, o penitente dava aqueles embrulhos “com o preceito de que não os abraisse”. Ele também acusava que na cidade de Sergipe, alguém lhe contou que João de Deus publicou no púlpito “que tinha uma arquinha de contas com indulgências e relíquias para dar as moças donzelas, que as fossem buscar a sua casa”. Impiedoso, Francisco Matado queimou todas as relíquias que os devotos lhe entregaram (ANTT, Processo 4330, fl. 148).

O missionário carmelita acrescentou ainda em seu depoimento que foi tão grande “a aceitação que teve o preto sobredito com aqueles povos, que o veneravam como Santo milagroso”. Eles diziam que João de Deus tinha dado saúde a enfermos, a exemplo do que aconteceu com uma mulher. Ela disse ao missionário em confissão que “estando com uma grande dor” indo o penitente a sua casa “e pondo-lhe a mão e a Santa Cruz logo de repente ficara livre”. Outras histórias maravilhosas ficaram no rastro do penitente. Francisco Matado disse que na vila de Lagarto “o viram ressuscitar uns cães mortos por um rapaz” e em certa casa de um homem fazendeiro consta que “fizera sair das camas, são para o trabalho, a vários escravos que estavam doentes” (ANTT, Processo 4330, fl. 148). Até mesmo os religiosos que deram licença para as missões de João de Deus na região tinham por ele uma opinião um tanto sacralizada. Eles diziam tenazmente, conforme Francisco Matado, que “o preto é um santo, e o que dizia é espírito de Deus, pois um negro ignorante não podia dizer aquelas coisas senão por Deus” (ANTT, Processo 4330, fl. 17).

Vários vigários das freguesias por onde João de Deus passou atestaram por escrito os bons serviços prestados por ele. O missionário carmelita Francisco Matado também deu notícia em seu depoimento sobre outras manifestações de apreço e veneração dedicadas a João de Deus. Ele reclamava que o vigário da freguesia de Itapicuru de Cima, o padre José de Gois de Araújo, escreveu uma carta ao seu colega da vila de Inhambupe, o padre João Mendes Batista, em que falava “no dito preto com muitas expressões de abono e louvores”. O mesmo vigário de Inhambupe, entre outras pessoas, informou ao missionário Francisco Matado que o vigário de Lagarto, João da Cruz Canhedo, fazia demonstrações públicas de apreço ao penitente negro dizendo, inclusive, que “Deus o fizesse como o pretinho era”. Também denunciava que um religioso franciscano conventual de Sergipe del-Rei, conhecido como padre Galiza, no dia de Natal do ano de 1767 dissera “que Deus lhe desse as virtudes morais que o preto tinha”. Informou ainda que o vigário da freguesia de São José de Jeremoabo, José Pinto de Magalhães, escreveu uma carta “ao dito preto, tão cheia de atenções e reverências, pelas suas letras e virtudes, que se fosse dirigida a um Bispo Missionário não deveria ser feita por outro método” (ANTT, Processo 4330, fl. 149).

A voz mais influente que se levantou na região do Sertão de Baixo em favor de João de Deus foi sem dúvidas a do vigário geral da comarca de Sergipe del-Rei. O negociante português Manoel Ferreira de Carvalho, morador na vila de Lagarto, disse ao visitador que ouviu um religioso mestre de gramática dizer na cidade de Sergipe que João de Deus “era um asno e nada dizia com acerto, porém que ele se calava assim como fazia outros homens por não agravarem ao Reverendo Doutor Vigário Geral desta cidade por

ser apaixonadíssimo pelo dito negro” (ANTT, Processo 4330, fl. 58). O missionário Francisco Matado também relatou a história de “um homem branco de alguma distinção de Sergipe del-Rei”, do qual ele não sabia o nome, que tomou João de Deus por padrinho de batismo de um filho seu. O tal homem teria dado ao compadre ilustre “uma túnica nova com seu cordão”, tomando-lhe a túnica velha. Depois desta troca, consta que “publicava que a melhor prenda que tinha em sua casa era a túnica do irmão João de Deus Penitente” (ANTT, Processo 4330, fl. 149).

No entanto, a herança mais espetacular deixada por João José de Deus no Sertão de Baixo foi sem dúvidas uma herança imaterial: a associação de sua figura com a do carismático jesuíta Gabriel Malagrida, martirizado pela Inquisição portuguesa.<sup>14</sup> Francisco Matado percebeu em suas andanças após a prisão do penitente negro que na opinião de muitos sertanejos (a quem o missionário chamava de idiotas), ele “era reputado como o espírito do Padre Gabriel de Malagrida”. As pessoas acreditavam que era por isto, por ser o espírito do mártir, que “de dia aparecia e era visto preto, e de noite, branco”. Uma criança, entretanto, chegou à conclusão simples de que João de Deus Penitente parecia-lhes branco de noite “porque andava embrulhado em um lençol branco” (ANTT, Processo 4330, fl. 148).

Não se sabe se o próprio João de Deus tomou conhecimento nas suas peregrinações pelo Sertão de Baixo das comparações que se fazia entre o número expressivo de devotos que ele atraía em suas pregações e aquele que teria atraído no seu tempo o padre Gabriel Malagrida. Mas pela recorrência das comparações nas falas das testemunhas é bastante provável que sim. Outro indício de que talvez ele tivesse consciência das comparações e até se regozijasse delas é a informação de que o penitente negro dizia desejar morrer como mártir. É possível que nestas falas, se ele as proferiu, fato que ele negou, estivesse fazendo um paralelo entre a sua vida e a da última vítima das fogueiras do Santo Ofício português. Durante os interrogatórios, João de Deus Penitente sempre replicou que se havia cometido algum erro contra a fé católica estava pronto para receber todo o castigo merecido. Em uma de suas confissões, negando as proposições e profecias que lhe atribuíam, o penitente disse dramaticamente aos inquisidores:

Que se por haver quem lhe atribuíam estas profecias e proposições, que ele nunca proferiu, o querem castigar, só lhe fica o lugar de louvar a Deus, e que está pronto para receber todo o castigo, até ser esquartejado, porque tudo receberá como vindo da razão de Deus (ANTT, Processo 4330, fl. 190).

Apesar desta declaração veemente e corajosa, João de Deus não se transformou em mais um mártir do Santo Ofício português. O processo não traz uma sentença, mas

---

<sup>14</sup> A expressão “herança imaterial”, obviamente, faz alusão ao título do famoso trabalho de Giovanni Levi, “A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII” (LEVI, 2000).

por outro documento encontrado à parte, contendo termos de mandado e segredo, está claro que a pena final foi relativamente leve, considerando a sua atuação como pregador leigo e as inúmeras acusações que se reuniram contra ele. No entanto, vale lembrar que o penitente negro ficou bastante tempo na prisão, primeiro na Bahia durante três anos e depois em Lisboa por mais três anos. Assim, aos dez dias do mês de novembro de 1774, seis anos depois que João de Deus Penitente fora recolhido à prisão, em audiência pela manhã no Palácio dos Estaus, em Lisboa, os inquisidores o chamaram à mesa:

E sendo presente lhe foi dito que ele não tornará a pregar em parte alguma nem ensinar a Doutrina em forma de sermão; nem entrará mais nas partes aonde tem pregado que são as do Arcebispado da Bahia e Bispado de Mariana, sob pena, de que não o fazendo assim, ser gravemente castigado. O que ele réu tudo prometeu cumprir sob cargo do juramento dos Santos Evangelhos que lhe foi dado (ANTT, Processo 16795, fls. 1-2).

Para a sorte de João de Deus, aquele era um tempo em que a sanha punitiva do Santo Ofício talvez já não fosse mais tão feroz. Era uma época em que a instituição perdia força e apoio, sobretudo após as críticas severas que a execução do velho jesuíta Gabriel Malagrida gerou dentro e fora de Portugal. Não é possível saber como se desenrolou a vida de João de Deus Penitente depois de ouvir a sua sentença. Não sabemos sequer se ele retornou ao Brasil. Mas certamente ele continuou por muito tempo presente no imaginário dos devotos do Sertão de Baixo que se fiavam na esperança da volta do missionário preto.

## Referências

- ALMEIDA, Suely Creuza Cordeiro de. As Marias Madalenas de Pernambuco. *Clio - Revista de Pesquisa Histórica*, n<sup>o</sup> 21 (2003), pp. 189-209. Disponível em <http://www.revista.ufpe.br/revistacio/index.php/revista/article/viewFile/754/606>, acesso em 13 mar. 2016.
- ARQUIVO Nacional da Torre do Tombo, Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Lisboa, Processo 4330, “Processo de João José de Deus” (1769-1774), 243 fls. Disponível em: <http://digitarq.arquivos.pt/details?id=2299704>, acesso em 13 mar. 2016.
- ARQUIVO Nacional da Torre do Tombo, Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Lisboa, CX1629 – Documentação Dispersa, Processo 16795, “Termo de Mandado contra João José de Deus” (1774), 2 fls. Disponível em: <http://digitarq.arquivos.pt/details?id=2316802>, acesso em 26 mar. 2016.
- ARQUIVO Nacional da Torre do Tombo, Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Lisboa, Processo 8064, “Processo do padre Gabriel Malagrida” (1755-1762), 1017 fls. Disponível em: <http://digitarq.arquivos.pt/details?id=2308165>, acesso em 25 maio 2016.

- ARQUIVO Nacional da Torre do Tombo, Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Lisboa. Processo n° 18003, “Processo de José Fernandes” (1738-1740). Disponível em: <http://digitarq.arquivos.pt/details?id=4616960>, acesso em: 25 maio 2016.
- ARQUIVO Nacional da Torre do Tombo, Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Lisboa, Maço 63, n° 4, “Mapas das Instituições Eclesiásticas da Ilha dos Açores, e da Baía, Brasil, que recebem editais” (1792), 13 fls. Disponível em: <http://digitarq.arquivos.pt/details?id=4482104>, acesso em: 13 mar. 2016.
- BIBLIOTECA Nacional do Rio de Janeiro, Projeto Resgate – Bahia – Castro e Almeida, “Carta do Arcebispo eleito D. Manuel de Santa Ignez para Francisco X. de Mendonça relativo á prisão de um preto leigo, que com grande sucesso, andava pregando na Comarca de Sergipe d’Elrei. Bahia, 22 de dezembro de 1768”. AHU/BA, Cx. 43, Doc. n° 7963. Disponível em: [http://resgate.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=005\\_BA\\_CA&PagFis=21176&Pesq](http://resgate.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=005_BA_CA&PagFis=21176&Pesq), acesso em: 13 de mar. 2016.
- CALMON, Pedro. *História da Casa da Torre: uma dinastia de pioneiros*. 3ª ed. revista. Salvador: Fundação Cultural do Estado, 1983.
- DANTAS, Monica Duarte. Povoamento e ocupação do Sertão de Dentro baiano (Itapicuru, 1549-1822). *Penélope*, n° 23, 2000, pp. 9-30.
- DELUMEAU, Jean. *O pecado e o medo – vol. II: a culpabilização no Ocidente (séculos 13-18)*. Bauru, SP: EDUSC, 2003.
- HAZIN, Elisabeth. Gabriele Malagrida: importância de seu resgate para a memória brasileira. *Diálogos Latinoamericanos*, n. 6, 2002, pp. 84-98. Disponível em [http://lacua.au.dk/fileadmin/www.lacua.au.dk/publications/5\\_di\\_lagos\\_latinoamericanos/6hazin.pdf](http://lacua.au.dk/fileadmin/www.lacua.au.dk/publications/5_di_lagos_latinoamericanos/6hazin.pdf), acesso em 12 mar. 2016.
- LEVI, Giovanni. *A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- MARQUES, José Oscar de Almeida. Voltaire e um episódio da história de Portugal. *Mediações – Revista de Ciências Sociais*. Londrina (Pós-Graduação em Ciências Sociais, UEL), Vol. 9, n. 12, 2004, pp. 37-52. Disponível em <http://www.unicamp.br/~jmarques/pesq/VoltaireHistPort.pdf>, acesso em 12 mar. 2016.
- MOTT, Luiz. Cotidiano e vivência religiosa: entre a capela e o calundu. In SOUZA, Laura de Mello e (Org.). *História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- PEREIRA, Isaías da Rosa. O Auto-da-Fé de 1761. *Revista de História das Ideias*, vol. 4, tomo, 1 (1982), pp. 367-376. Disponível em <http://rhi.fl.ul.pt/vol/04/ipereira.pdf>, acesso em 12 mar. 2016.
- PESSOA, Ângelo Emílio da Silva. *As ruínas da tradição: a Casa da Torre de Garcia D’Ávila – família e propriedade no Nordeste colonial*. Tese (Doutorado em História Social), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.
- RANGEL, Felipe Augusto Barreto. *Aos sinais das Ave Marias: furtos de hóstias, feitura de proteção e o desenho religioso da Bahia setecentista*. O caso das diligências de

- Muritiba. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana-BA, 2015.
- RODRIGUES, Luiz Fernando Medeiros e MOURA, Gabriele Rodrigues de. Construção da santidade e escritura da história. Antônio Ruiz de Montoya e Gabriele Malagrida, vidas exemplares e modelo de santidade popular. *Anais do XI Encontro Estadual de História: História, Memória e Patrimônio*. ANPUH-RS, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 23 a 27 de julho de 2012, p. 267. Disponível em [http://www.eeh2012.anpuh-rs.org.br/resources/anais/18/1343503634\\_ARQUIVO\\_RODRIGUESLUIZConstrucaoDasantidadeeEscrituraDaHistoria.pdf](http://www.eeh2012.anpuh-rs.org.br/resources/anais/18/1343503634_ARQUIVO_RODRIGUESLUIZConstrucaoDasantidadeeEscrituraDaHistoria.pdf), acesso em 13 mar. 2016.
- SANTOS, Diego Gouveia. *Na rota das mandingas: trajetórias e experiências de mandingueiros na Bahia setecentista*. Monografia (Graduação em História), Universidade do Estado da Bahia (Campus II), Alagoinhas-BA, 2016.
- SANTOS, Fabrício Lyrio. *Da catequese à civilização: colonização e povos indígenas na Bahia (1750-1800)*. Tese (Doutorado em História Social), Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.
- \_\_\_\_\_. “Ovelhas de tão pouca lã”: a transformação das aldeias indígenas em paróquias no período pombalino (Bahia, 1758). *V/S 20* (2013), pp. 163-189. Disponível em <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/12660.pdf>, acesso em 16 mar. 2016.
- SILVA, Cândido da Costa e. *Os segadores e a messe: o clero oitocentista na Bahia*. Salvador: SCT, EDUFBA, 2000.
- \_\_\_\_\_. *Roteiro da vida e da morte: um estudo do catolicismo no sertão da Bahia*. São Paulo: Ática, 1982.
- VAUCHEZ, André. *A espiritualidade da Idade Média ocidental: Séc. VIII-XVIII*. Lisboa: Editorial Estampa, 1995.